

Unipar

Faz a química acontecer



Unipar Carbocloro S.A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	14
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16
Relatório as Administração	75
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	83
Parecer do Comitê de Auditoria.....	84
Parecer do Conselho Fiscal.....	85

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Unipar Carbocloro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“controles gerais de TI”) implementados pela Companhia para os sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A avaliação dos controles gerais de TI incluiu procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. Envolvemos profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos, analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, acessos de administradores, revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas, testadas e aprovadas pela diretoria da Companhia e se a segregação de funções entre os desenvolvedores e implementadores foi aplicada. Adicionalmente, analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

As deficiências no desenho e na operação dos controles de concessão, de revisão e de modificação de acessos lógicos alteraram nossa avaliação quanto à extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria sobre a geração e a extração de relatórios que suportaram os nossos testes sobre as contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e da demonstração do resultado da Companhia para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

Levando isto em consideração, baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que eles nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos

de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-034519/O

Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC-SP-161745/O

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	779.328	62.709	1.343.204	402.122
Aplicações financeiras	5	334.142	569.306	794.837	1.011.847
Contas a receber de clientes	6	220.661	207.123	341.044	541.716
Impostos a recuperar	7	22.818	38.054	249.869	197.299
Estoques	8	61.156	59.348	281.966	426.704
Despesas antecipadas	-	2.245	512	3.957	2.340
Créditos com Empresas Ligadas	10	37.177	28.068	-	-
Outros ativos circulantes	11	25.603	13.518	28.780	21.047
		1.483.130	978.638	3.043.657	2.603.075
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	7.872	-	7.872	-
Contas a receber de clientes	6	-	51.880	-	-
Impostos a recuperar	7	9.482	8.634	532.782	522.120
Estoques	8	29.916	27.639	66.222	63.528
Depósitos judiciais	9	26.187	26.107	26.296	26.151
Créditos com Empresas Ligadas	10	193.628	219.118	-	-
Outros ativos não circulantes	11	-	-	9.293	8.646
		267.085	333.378	642.465	620.445
Investimentos	12	3.062.162	3.086.604	190.370	192.650
Imobilizado	13	1.011.645	880.798	2.196.975	2.280.362
Intangível	14	288.746	281.182	313.137	297.913
Ativos de direito de uso	15	9.887	-	9.887	-
		4.372.440	4.248.584	2.710.369	2.770.925
		4.639.525	4.581.962	3.352.834	3.391.370
Total do ativo		6.122.655	5.560.600	6.396.491	5.994.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	65.272	58.698	317.795	365.714
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	404.151	168.988	415.411	171.206
Arrendamento por direito de uso	15	948	-	948	-
Salários e encargos sociais	18	54.524	55.211	126.214	186.458
Imposto de renda e contribuição social	22	46.496	254.800	57.060	291.331
Outros impostos e contribuições a pagar	23	30.938	51.315	62.523	88.406
Dividendos a pagar	32	110.416	178.706	110.416	178.706
Demandas judiciais	20	963	866	2.730	5.191
Energia elétrica	19	19.734	27.745	63.342	86.328
Passivo ambiental	21	840	699	19.361	23.095
Outros passivos circulantes		40.579	48.955	114.384	99.370
		774.861	845.983	1.290.184	1.495.805
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	2.377.999	1.846.461	1.636.010	1.220.540
Arrendamento por direito de uso	15	9.018	-	9.018	-
Salários e encargos sociais	18	6.984	9.235	7.483	9.915
Imposto de renda e contribuição social	22	5.133	-	5.133	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	398.628	417.057	757.337	660.385
Outros impostos e contribuições a pagar	23	3.449	10.272	7.445	19.954
Obrigações com benefícios aos empregados	24	2.606	6.056	31.799	26.021
Demandas judiciais	20	27.434	15.305	36.533	35.239
Energia elétrica	19	79.668	79.668	126.157	126.157
Passivo ambiental	21	5.995	4.961	32.993	36.864
Outros passivos não circulantes		8.547	8.198	8.547	8.232
		2.925.461	2.397.213	2.658.455	2.143.307
Patrimônio líquido					
Capital social	25	927.877	927.877	927.877	927.877
Ações em tesouraria	25(d)	(28.276)	(31.039)	(28.276)	(31.039)
Reservas de Capital	-	1.413	814	1.413	814
Reservas de lucros	26	1.521.186	1.010.773	1.521.186	1.010.773
Outras reservas	-	10.007	5.660	10.007	5.660
Outros resultados abrangentes	-	(9.874)	403.319	(9.874)	403.319
Atribuído à participação dos controladores		2.422.333	2.317.404	2.422.333	2.317.404
Participação dos não controladores		-	-	25.519	37.929
		2.422.333	2.317.404	2.447.852	2.355.333
Total do patrimônio líquido		2.422.333	2.317.404	2.447.852	2.355.333
Total do passivo e patrimônio líquido		6.122.655	5.560.600	6.396.491	5.994.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	27	1.917.711	2.413.363	4.897.288	7.270.406
Custo dos produtos vendidos	28	(832.740)	(887.242)	(3.199.994)	(4.015.101)
Lucro bruto		1.084.971	1.526.121	1.697.294	3.255.305
Despesas com vendas	28	(105.455)	(95.671)	(227.927)	(272.527)
Despesas administrativas	28	(248.632)	(262.873)	(445.956)	(507.986)
Resultado de equivalência patrimonial	12	412.017	673.715	13.501	16.772
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(39.512)	(57.724)	(57.278)	(111.306)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		1.103.389	1.783.568	979.634	2.380.258
Resultado financeiro líquido	30	(164.298)	(133.854)	185.827	(328.268)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		939.091	1.649.714	1.165.461	2.051.990
Imposto de renda e contribuição social	22	(151.583)	(323.793)	(374.188)	(717.687)
Lucro líquido do exercício		787.508	1.325.921	791.273	1.334.303
Lucro atribuído a:					
Participação dos controladores				787.508	1.325.921
Participação dos não controladores				3.765	8.382
Lucro por ação (expressos em reais)	31				
Ordinárias		7,14	12,35		
Preferenciais "A"		7,86	13,58		
Preferenciais "B"		7,86	13,58		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	787.508	1.325.921	791.273	1.334.303
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	(418.952)	(41.641)	(422.650)	(42.142)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	(11.580)	26.574	(11.687)	26.918
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	3.581	(9.025)	3.617	(9.142)
Ganhos (Perda) atuariais de plano de benefícios pós emprego da Companhia	2.867	(1.683)	2.867	(1.683)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego da Companhia	(975)	572	(975)	572
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	383.220	282.048	386.595	285.696
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	(796.065)	(340.127)	(803.067)	(344.503)
Total do resultado abrangente do exercício	368.556	1.284.280	368.623	1.292.161
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participação dos controladores			368.556	1.284.280
Participações de não controladores			67	7.881
			368.623	1.292.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de instrumentos patrimoniais outorgados	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	699.002	(1.401)	-	-	1.147.566	443.576	-	2.288.743	32.694	2.321.437
Aumento do capital social (em 20/04/2022)	228.875	-	-	-	(228.875)	-	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	-	(43.824)	-	-	-	-	-	(43.824)	-	(43.824)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.325.921	1.325.921	8.382	1.334.303
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	-	-	-	-	532	-	-	532	-	532
Dividendos intermediários (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	(1.125.000)	(1.125.000)	-	(1.125.000)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	(109.371)	(109.371)	-	(109.371)
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	1.384	-	1.384	(2.646)	(1.262)
Concessão de ações	-	14.186	814	5.660	-	-	-	20.660	-	20.660
Constituição de reservas (Nota 26)	-	-	-	-	91.550	-	(91.550)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(41.641)	-	(41.641)	(501)	(42.142)
Ganhos atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	26.574	-	26.574	344	26.918
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	(9.025)	-	(9.025)	(117)	(9.142)
Perdas atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(1.683)	-	(1.683)	-	(1.683)
Imposto de renda e contribuição social sobre perdas atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	572	-	572	-	572
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-	-	282.048	-	282.048	3.648	285.696
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(340.127)	-	(340.127)	(4.376)	(344.503)
Em 31 de dezembro de 2022	927.877	(31.039)	814	5.660	1.010.773	403.319	-	2.317.404	37.929	2.355.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de instrumentos patrimoniais outorgados	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	927.877	(31.039)	814	5.660	1.010.773	403.319	-	2.317.404	37.929	2.355.333
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	787.508	787.508	3.765	791.273
Recompra de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	-	(1.582)	-	-	-	-	-	(1.582)	-	(1.582)
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	-	2.544	-	-	2.544	-	2.544
Dividendos intermediários (Nota 32)	-	-	-	-	(82.896)	-	(156.729)	(239.625)	-	(239.625)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	(40.014)	(40.014)	-	(40.014)
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	5.759	-	5.759	(12.477)	(6.718)
Concessão de ações	-	4.345	(191)	(6.520)	-	-	-	(2.366)	-	(2.366)
Constituição de reservas	-	-	790	10.867	590.765	-	(590.765)	11.657	-	11.657
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(418.952)	-	(418.952)	(3.698)	(422.650)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	(11.580)	-	(11.580)	(107)	(11.687)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	3.581	-	3.581	36	3.617
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	2.867	-	2.867	-	2.867
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(975)	-	(975)	-	(975)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-	-	383.220	-	383.220	3.375	386.595
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(796.065)	-	(796.065)	(7.002)	(803.067)
Em 31 de dezembro de 2023	927.877	(28.276)	1.413	10.007	1.521.186	(9.874)	-	2.422.333	25.519	2.447.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2.023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	939.091	1.649.714	1.165.461	2.051.990
Depreciação e amortização	117.942	95.664	246.733	247.294
Amortização de ativos de direito de uso	244	-	244	-
Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	146.147	(2.905)
Baixas de ativos	3.046	403	3.182	2.269
Provisões (reversão) para demandas judiciais	12.581	(2.033)	8.781	(23.952)
Provisão de contingências ambientais	1.402	3.387	7.138	19.994
Provisão (Reversão) de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos, débitos com terceiros e correção monetária sobre créditos PIS COFINS e outros impostos a recuperar	258.253	204.281	(84.716)	296.511
Provisão de juros sobre arrendamento mercantil	174	-	174	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	233	(57)	(1.372)	4.086
Provisão (reversão) para desvalorização dos estoques	(836)	5.957	(15.227)	28.587
Resultado de equivalência patrimonial	(412.017)	(673.715)	(13.500)	(16.772)
Despesas (Receita) com créditos reembolsáveis	-	25.203	-	38.784
Pagamento baseado em ações	10.867	20.660	10.867	20.660
Outros	7	-	7	-
	930.987	1.329.464	1.473.919	2.666.546
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	38.109	(46.591)	202.044	130.454
Impostos a recuperar	42.846	120.554	83.114	116.726
Estoques	(3.250)	12.365	161.934	(4.993)
Outros ativos	(1.304)	10.527	2.437	19.758
Fornecedores	2.554	(20.905)	(41.979)	(63.467)
Salários e encargos sociais	(2.939)	4.806	(62.530)	28.344
Impostos, taxas e contribuições	(28.742)	(973)	(39.474)	(19.328)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.470)	(61.206)	(196.203)	(309.217)
Obrigações de benefícios aos empregados	(583)	193	(8.419)	18.809
Outros passivos	(17.181)	(26.500)	(31.544)	(42.374)
	17.040	(7.730)	69.380	(125.288)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	948.027	1.321.734	1.543.299	2.541.258
Imposto de renda e contribuição social pagos	(392.748)	(152.382)	(478.175)	(504.931)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	555.279	1.169.352	1.065.124	2.036.327
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras líquidas de resgates	227.292	(166.573)	209.138	279.426
Compras de imobilizado e intangível	(238.753)	(72.354)	(412.374)	(268.492)
Aquisição de participação de minoritários em empresa controlada	(3.632)	(487)	(3.632)	(487)
Aquisição de participação em empresa coligada	-	(39.237)	-	(48.396)
Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	(804)	-	(804)	-
Juros recebidos - Créditos com empresas ligadas	5.601	33.426	-	-
Aporte de capital em empresa coligada	-	(6.841)	-	(20.865)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(10.296)	(252.066)	(207.672)	(58.814)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de Empréstimos/ Debêntures	(79.147)	(118.436)	(89.995)	(128.846)
Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos	(151.869)	(143.222)	(153.800)	(145.724)
Pagamento de arrendamentos por direito de uso	(190)	-	(190)	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos por direito de uso	(184)	-	(184)	-
Dividendos pagos	(345.392)	(1.355.350)	(345.392)	(1.355.350)
Captação de empréstimos e financiamentos	750.000	650.120	750.006	508
Recompra de ações em tesouraria	(1.582)	(43.824)	(1.582)	(43.824)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	171.636	(1.010.712)	158.863	(1.673.236)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	(75.233)	(233.332)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	716.619	(93.426)	941.082	70.945
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62.709	156.135	402.122	331.177
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	779.328	62.709	1.343.204	402.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	2.428.902	3.072.770	6.040.243	8.860.351
Resultado na venda de ativos imobilizados e outros	(3.445)	(639)	(8.350)	(8.132)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(233)	57	1.372	(4.086)
	2.425.224	3.072.188	6.033.265	8.848.133
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(733.232)	(802.083)	(3.104.407)	(3.889.432)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(369.662)	(318.315)	(703.538)	(724.454)
Perda/recuperação de valores ativos	836	(5.957)	3.954	(9.075)
	(1.102.058)	(1.126.355)	(3.803.991)	(4.622.961)
Valor adicionado bruto	1.323.166	1.945.833	2.229.274	4.225.172
Depreciação e amortização	(118.186)	(95.664)	(246.977)	(247.294)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.204.980	1.850.169	1.982.297	3.977.878
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	412.017	673.715	13.500	16.772
Receitas financeiras	81.846	64.936	356.608	(21.413)
Outros	(7.735)	(38.875)	(8.290)	(37.767)
Valor adicionado total a distribuir	1.691.108	2.549.945	2.344.115	3.935.470
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(121.819)	(136.033)	(357.055)	(460.955)
Benefícios	(39.530)	(41.008)	(86.395)	(106.371)
FGTS	(5.518)	(8.073)	(45.824)	(69.326)
	(166.867)	(185.114)	(489.274)	(636.652)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(247.402)	(479.709)	(686.623)	(1.090.991)
Estaduais	(210.635)	(338.464)	(292.855)	(569.924)
Municipais	(2.995)	(3.195)	(8.411)	(10.959)
	(461.032)	(821.368)	(987.889)	(1.671.874)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	(241.403)	(194.509)	(19.243)	(219.734)
Aluguéis	(2.210)	(2.455)	(2.238)	(2.482)
Outros	(32.088)	(20.578)	(54.198)	(70.425)
	(275.701)	(217.542)	(75.679)	(292.641)
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(196.743)	(1.125.000)	(196.743)	(1.125.000)
Lucros retidos	(590.765)	(200.921)	(590.765)	(200.921)
Participação de não controladores	-	-	(3.765)	(8.382)
	(787.508)	(1.325.921)	(791.273)	(1.334.303)
Valor adicionado distribuído	(1.691.108)	(2.549.945)	(2.344.115)	(3.935.470)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 – 22º andar. Itaim Bibi - São Paulo– SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2023 a Vila Velha possuía 17,52% (em 31 de dezembro de 2022 – 17,52%) do capital total da Unipar e 50% (em 31 de dezembro de 2022 – 50%) de suas ações ordinárias.

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 99,13% (em 31 de dezembro de 2022 – 98,72%) do seu capital votante. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda.

A Indupa Argentina também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa Argentina que possui ativos de geração de energia naquele país.

Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

A Indupa Brasil detém 10% da participação acionária na Veleiros Holdings S.A, empresa de geração de energia solar em fase pré-operacional. O projeto será desenvolvido no complexo eólico Cajuína nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte.

A Unipar possui 10% de participação acionária nas sociedades de propósito específico ("SPEs") denominadas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III, empresas de geração de energia solar, localizada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

A Companhia também possui investimento em controlada em conjunto (Joint Venture) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"), por meio de sua participação de 50% das ações da AES Tucano Holding III S.A. ("Tucano III"). Inaugurado em 03 de outubro de 2023, o complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia, com capacidade de geração de energia eólica de 155 mw, o que assegura 78 mw médios à Companhia, conforme Acordo de Investimento firmado com a AES Tietê.

A controlada Indupa Brasil implementou projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano na planta localizada em Santo André/SP. O projeto contemplou, também, a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano com investimentos de cerca de R\$ 100.000. Este projeto entrou em operação em setembro de 2023.

A Companhia implementará um projeto de produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia a ser construído em modelo *greenfield*, com capacidade de produção de 20 mil toneladas de cloro, 22 mil toneladas de soda cáustica, 25 mil toneladas de ácido clorídrico e 20 mil toneladas de hipoclorito de sódio ao ano. A estimativa é de que a obra tenha duração de até 24 meses a partir do segundo semestre de 2022, com investimentos de cerca de R\$ 234.000.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, o Grupo Unipar aumentará sua capacidade instalada de produção, no Brasil, para 564 mil toneladas de cloro, 635 mil toneladas de soda cáustica e 785 mil toneladas de ácido clorídrico.

A expansão da produção está em linha com a estratégia da Companhia de fortalecimento da sua posição no mercado de cloro, soda cáustica e produtos químicos derivados.

A Unipar aprovou o Projeto de *Phase Out* das Tecnologias de Diafragma e de Mercúrio relativo à Planta de Cubatão/SP a ser realizado até 2025 (“PO25”). Este projeto tem como objetivo adequar as atividades da Companhia em território brasileiro à Convenção de Minamata sobre Mercúrio que foi ratificada pelo Brasil em agosto de 2017 e estabeleceu o mês de dezembro de 2025 como prazo mandatório para término de processos de manufatura de cloro/soda nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio sejam utilizados.

Por meio do PO25 e simultaneamente à substituição das células de mercúrio supracitadas, a Companhia substituirá também o processo de produção de cloro/soda via células de diafragma, ambas pela tecnologia membrana “Zero Gap”, o que implicará na modernização e unificação do processo de produção de cloro/soda na planta industrial de Cubatão.

A Companhia estima que o PO25 terá Capex total aproximado de US\$ 200 milhões, equivalentes a R\$ 968 milhões em 31 de dezembro de 2023, e que a capacidade de produção de cloro da Planta de Cubatão/SP, atualmente de 210 mil toneladas de cloro ao ano - considerando os processos via células de mercúrio e de diafragma - não sofrerá alterações com a unificação de tecnologias.

As informações sobre as capacidades energéticas, operacionais ou instaladas de produção acima apresentadas não foram auditadas pelos auditores independentes.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pele International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos de ativos, de passivos e das contas de resultado foram convertidos à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, sendo os seus efeitos refletidos como ajustes de conversão em outros resultados abrangentes na demonstração das mutações no patrimônio líquido controladora.
- Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	2023	2022
Peso argentino	0,01	0,03

No final do ano de 2023 o câmbio na Argentina foi fortemente desvalorizado devido as mudanças econômicas anunciadas pelo novo governo. O efeito de desvalorização quando comparado com o câmbio em 31 de dezembro de 2022 com dezembro de 2023, representou 393% de desvalorização cambial.

As taxas de câmbio em Peso em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	2023	2022
Peso argentino	166,89	33,84

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária e de elaboração das demonstrações financeiras da controlada Indupa Argentina. O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de 211,41% (em 31 de dezembro de 2022 – 94,79%).

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2024.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Reais pelas taxas vigentes na data de cada balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros, ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3.1. Ativos financeiros

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros da Companhia, sendo a classificação destes ativos em custo amortizado:

- Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.
- Aplicações financeiras: Os saldos representam substancialmente aplicações em fundos de investimento que incluem na sua carteira títulos públicos, privados e fundos exclusivos (ambos pós fixados), com alta liquidez em mercados ativos.
- Contas a receber: Representado pela venda de produtos químicos e petroquímicos (PVC, soda cáustica, ácido clorídrico e hidrogênio).
- Créditos com empresas ligadas: Representada pelo acordo com sua controladora, Unipar Indupa S.A.I.C, por meio do qual realizou pagamentos por conta e ordem dela conforme mencionado na nota explicativa 10 (Partes Relacionadas).

Conforme o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; ou valor justo por meio de resultado. Na Companhia, as seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

a) Custo amortizado e método da tarifa efetiva de juros

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e aplicações financeiras” (nota explicativa nº 30).

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. O valor justo é determinado da maneira descrita na nota explicativa nº 34.6.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*Impairment*”).

Uma provisão para “*impairment*” é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*Impairment*” incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por “*Impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para “*Impairment*”, também chamada de provisão para perdas de créditos esperadas, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos na transação.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por “*Impairment*”, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.3.1.2. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou a Companhia e suas controladas transferem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.3.2. Passivos Financeiros

Os instrumentos de dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.2.1. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.2.2. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado (nota explicativa nº 30) para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.3.2.3. Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda e, utilização na operação.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e necessários para a sua comercialização, venda e distribuição.

3.5. Impostos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, atualizados monetariamente, conforme a legislação vigente e avaliados anualmente para determinar o seu valor recuperável.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados como redutores das provisões para demandas judiciais. Os demais depósitos judiciais encontram-se classificados no ativo da Companhia.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos custos dos softwares e gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação e amortização estão descritas na nota explicativa 15.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento diretamente relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações: de 15 a 20 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos; e
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos fluirão para as Companhias e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As vidas úteis dos bens são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas e quaisquer

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

alterações, são adotadas e registradas de forma prospectiva. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 14.

3.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da saída de recursos necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que algumas ou todas as saídas de recursos requerida para a liquidação de uma provisão sejam recuperadas de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11. Benefícios aos empregados

3.11.1. Benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados

3.11.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores, condições de permanência e os resultados atingidos pela Companhia.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11.2. Benefícios pós emprego

3.11.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada, com contribuição equivalente pelos seus funcionários. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros aos funcionários. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

3.11.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia e suas controladas concedem benefícios com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. As obrigações são avaliadas anualmente e os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.11.3. Outros benefícios de longo prazo

3.11.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia e suas controladas concedem benefício de gratificação por tempo de serviço sendo os custos esperados acumulados ao longo do tempo, além das avaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.11.4. Benefícios Rescisórios

3.11.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia e suas controladas concedem benefício com esta característica, sendo os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das avaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12.1. Impostos Correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis nos exercícios seguintes, além de adicionar ou excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data de cada balanço.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.12.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data de cada balanço e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Quando a Companhia e suas controladas puderem identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia e suas controladas puderem identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia e de suas Controladas não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia e suas Controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.
- Quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente, que normalmente ocorre na entrega dos bens ou serviços nas localidades físicas indicadas pelo cliente.

A Companhia e suas controladas determinam os bens ou serviços que não foram entregues nas localidades físicas indicadas pelos clientes até a data de cada balanço e registra uma reversão da receita correspondente em contrapartida a uma conta redutora do saldo de contas a receber de clientes.

3.14. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, com base nas discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração requerida.

O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.15. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e de suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é registrada como passivo circulante, por tratar-se do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social e considerado como uma obrigação legal. Na demonstração de fluxo de caixa os dividendos são apresentados como componente das atividades de financiamento, quando ocorrer o desembolso financeiro.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.17. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é destacada como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado da controlada em conjunto.

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

3.18. Transações com pagamentos baseados em ações

A administração da Companhia adota o plano de ações restritas como forma de remuneração de executivos elegíveis, em que a contrapartida da apropriação do valor justo no resultado é considerada no patrimônio líquido na rubrica de "outras reservas", sendo liquidada no momento em que as ações em tesouraria são entregues a cada período de *vesting*, conforme descrito na nota explicativa 26.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Pagamentos e recebimento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3 (R2), optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração dos fluxos de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros.

O CPC 03 (R2).34 permite que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia e suas controladas classificam os juros recebidos como atividades de investimentos.

3.19. Informações por segmento

O principal gestor das operações da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais e estratégicas, pela alocação de recursos e, pela avaliação de desempenho, analisam como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são semelhantes.

3.20. Ativos de direito de uso e arrendamentos por direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento por direito de uso calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato, já que o seu prazo é menor que a vida útil dos ativos arrendados. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as multas e penalidades previstas em cláusulas contratuais.

3.21. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

a) Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação

b) Alterações ao IFRS16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações no IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – arrendamentos) para especificar os requisitos de um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda de arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho que se relaciona com o direito de uso que mantém.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicabilidade antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Acordo de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração de fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamentos de fornecedores e exigir a divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação, nas alterações tem como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 como adoção antecipada permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.22. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para demandas judiciais

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

c) Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando a manutenção do ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos como exemplo variação cambial. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

d) Provisões para Passivos Ambientais

A Companhia monitora seus passivos ambientais de acordo com os processos emitidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") que representam gastos prováveis de monitoramento e Gerenciamento de Áreas Contaminadas. A mensuração dos valores vem com base em relatórios emitidos por consultorias especializadas e considerando a melhor estimativa pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	255	403	2.541	13.177
Aplicações financeiras de curto prazo	779.073	62.306	1.340.663	388.945
	779.328	62.709	1.343.204	402.122

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	7.872	170.357	340.428	599.280
Fundos de investimentos exclusivos				
Operações compromissadas (¹)	334.142	398.949	462.281	412.567
	342.014	569.306	802.709	1.011.847
Circulante	334.142	569.306	794.837	1.011.847
Não Circulante	7.872	-	7.872	-

(¹) Referem-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de obter rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no consolidado representam 2% e na controladora representam 2% do total da carteira de aplicações financeiras no Brasil, sendo

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

100% investido em fundo multimercado, com possibilidade de resgate a qualquer momento e 100% da carteira consolidada em fundos de investimentos na Argentina atrelados ao dólar e à inflação.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Nacionais	164.477	208.936	353.031	558.945
Exterior	683	-	21.756	31.105
Partes relacionadas (Nota10)	62.410	56.743	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.909)	(6.676)	(33.743)	(48.334)
	220.661	259.003	341.044	541.716
Circulante	220.661	207.123	341.044	541.716
Não circulante	-	51.880	-	-

O saldo de contas a receber de clientes está apresentado líquido do valor do estorno de receita para os produtos que não foram entregues nas localidades físicas indicadas pelos clientes até a data de cada balanço, na controladora no montante de R\$ 2.884 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.570 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado o montante de R\$ 17.426 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 22.041 em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos a vencer	154.859	200.583	315.421	520.022
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	3.301	1.027	22.880	18.678
De 91 a 180 dias	561	617	1.144	1.018
A partir de 180 dias	6.439	6.709	35.342	50.332
	165.160	208.936	374.787	590.050
Partes Relacionadas	62.410	56.743	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.909)	(6.676)	(33.743)	(48.334)
Total da carteira de clientes	220.661	259.003	341.044	541.716

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(6.676)	(6.733)	(48.334)	(57.830)
Adições	(437)	-	(1.707)	(4.498)
Reversões	204	57	539	411
Ajustes de conversão	-	-	15.759	13.583
Saldo Final	(6.909)	(6.676)	(33.743)	(48.334)

Historicamente o percentual de perdas de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou de clientes que eventualmente decretarem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece provisão de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de provisão é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial em períodos anteriores.

As adições e reversões da provisão para perda de crédito esperada são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	16.240	5.565	134.948	38.962
ICMS	14.356	12.850	39.470	27.778
PIS e COFINS	-	24.916	597.899	632.321
INSS a compensar	428	2.054	428	2.054
Títulos de precatórios	1.252	1.252	1.252	1.252
IVA, IIBB e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	6.766	14.280
Restituições a exportações - Argentina	-	-	1.551	2.598
Outros	24	51	337	174
	32.300	46.688	782.651	719.419
Circulante	22.818	38.054	249.869	197.299
Não circulante	9.482	8.634	532.782	522.120

IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar: Em 2023 foi reconhecido o crédito de exclusão de atualização monetária Selic sobre débitos tributários da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em dezembro de 2023 o crédito reconhecido na controladora corresponde ao montante de R\$ R\$ 16.240 e na controlada indireta Indupa do Brasil R\$ 15.066. Adicionalmente na controlada indireta Indupa do Brasil houve a antecipação a maior de IRPJ e CSLL no ano de 2022 e apuração de saldo negativo (a recuperar) dos anos de 2022 e 2023.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de março de 2017 a outubro de 2021 com trânsito em julgado favorável e com o deferimento do pedido de habilitação junto à Receita Federal. Na controladora esse crédito foi integralmente compensado no primeiro trimestre de 2023 (R\$ 24.916 em 31 de dezembro de 2022).

O processo da controlada indireta Indupa do Brasil corresponde ao período de dezembro de 2003 a outubro de 2021 com trânsito em julgado em seu favor e com os pedidos de habilitação homologados junto à Receita Federal. Os pedidos foram segregados em dois períodos, o primeiro compreendendo o período de dezembro de 2003 a julho de 2018 no montante de R\$ 536.577 em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 261.953 de principal e R\$ 274.624 de atualização monetária (R\$ 503.728 em 31 de dezembro de 2022) e o outro compreendendo o período de agosto de 2018 a outubro de 2021. O último período anteriormente mencionado já está sendo utilizado para compensação de débitos federais e em 31 de dezembro de 2023 apresenta saldo remanescente de R\$ 60.142, sendo R\$ 42.542 de principal e R\$ 17.600 de atualização monetária (R\$ 99.961 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos créditos de PIS e Cofins foi a seguinte:

Individual	2021	Atualização Monetária	Compensação	2022	Atualização Monetária	Compensação	2023		
PIS e COFINS	145.576	6.662	(127.322)	24.916	243	(25.159)	-		
Consolidado	2021	Atualização Monetária	Compensação	Apuração saldo credor	2022	Atualização Monetária	Compensação	Apuração saldo credor	2023
PIS e COFINS	728.267	47.700	(147.362)	3.716	632.321	41.085	(72.970)	(2.537)	597.899

No consolidado a expectativa de utilização do crédito é até o ano de 2026, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>
2024	106.756
2025	106.273
2026	384.870
	<u>597.899</u>

A Companhia avaliou a MP 1202/23 e ainda que a mesma traga limitação para a utilização do crédito oriundo de trânsito em julgado, baseando-se na melhor estimativa de monetização possível, não haverá impactos entre curto e longo prazo.

INSS a compensar: Basicamente refere-se aos pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, sendo: R\$ 1.208 de principal e R\$ 898 de atualização SELIC. Dos valores mencionados foi utilizado via compensação de Ofício o montante de R\$ 1.191 do principal e foi restituído o montante de R\$ 488.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

IVA: Refere-se ao imposto incidente sobre a receita de vendas bruta originadas pelas retenções na fonte dos clientes e retenções nas notas fiscais dos fornecedores.

8. Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Matérias-primas	168	13.690	21.362	50.782
Produtos em processo	29.126	5.751	44.717	30.106
Produtos acabados	17.031	22.894	145.371	253.195
Provisão para desvalorização	(5.121)	(5.957)	(14.253)	(28.771)
Materiais auxiliares e embalagens	9.599	13.826	51.543	65.055
Materiais de manutenção e reparos	40.269	36.783	99.448	119.865
	<u>91.072</u>	<u>86.987</u>	<u>348.188</u>	<u>490.232</u>
Circulante	<u>61.156</u>	<u>59.348</u>	<u>281.966</u>	<u>426.704</u>
Não circulante	<u>29.916</u>	<u>27.639</u>	<u>66.222</u>	<u>63.528</u>

Os materiais de manutenção e reparos são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

Na controladora e no consolidado a provisão para desvalorização dos estoques é realizada mediante a análise do preço de custo unitário de produção em relação a expectativa de preço de venda no mercado. A provisão é registrada no custo das vendas no resultado.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributários	26.187	24.833	26.256	24.837
Cíveis	-	-	40	40
Trabalhistas	-	1.274	-	1.274
	26.187	26.107	26.296	26.151
Não circulante	26.187	26.107	26.296	26.151

Controladora	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2022		Baixas	Transferências para depósitos judiciais	Atualização monetária	2023
						2022	Baixas				
Tributários	33.002	10	(9.832)	(256)	1.909	24.833	-	(556)	1.910	26.187	
Trabalhistas	1.190	-	-	-	84	1.274	(1.290)	-	16	-	
Cíveis	-	25	(25)	-	-	-	-	-	-	-	
	34.192	35	(9.857)	(256)	1.993	26.107	(1.290)	(556)	1.926	26.187	

Consolidado	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2022		Baixas	Transferências para depósitos judiciais	Atualização monetária	2023
						2022	Baixas				
Tributários	33.002	14	(9.832)	(256)	1.909	24.837	-	(491)	1.910	26.256	
Trabalhistas	1.190	-	-	-	84	1.274	(1.290)	-	16	-	
Cíveis	40	25	(25)	-	-	40	-	-	-	40	
	34.232	39	(9.857)	(256)	1.993	26.151	(1.290)	(491)	1.926	26.296	

Na Controladora os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 são compostos, pelos seguintes processos:

a) *PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal*

A Companhia efetuou depósitos judiciais na ação que discute a não homologação das compensações de Pis e Cofins do exercício de 2015, avaliada pelos consultores jurídicos como perda possível, que totalizaram R\$ 10.210 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9.206 em 31 de dezembro de 2022).

b) *Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")*

Foram efetuados depósitos judiciais, que totalizaram R\$ 15.977 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 15.628 em 31 de dezembro de 2022) referentes a cinco causas tributárias de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é parte no polo passivo e solicita sua exclusão as quais foram avaliadas pelos consultores jurídicos como perda possível e remota.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

	2022									2022				
	Ativo Circulante			Ativo Não Circulante		Passivo Circulante			Passivo Não Circulante		Transações			
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Empréstimos	Outros Passivos / Energia elétrica	Empréstimos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita Financeira (Juros / Variação Cambial)	
Na Controladora														
Controlada direta - Indupa Argentina	-	377	28.068	52.027	219.118	-	-	(21.814)	-	-	(31.060)	11.476	20.136	
Controlada indireta - Indupa Brasil	4.716	713	-	-	-	(107)	(8.783)	(127)	(650.120)	85.976	-	16.620	(8.783)	
No Consolidado														
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.761	-	-	-	-	-	(42.932)	-	15.117	(242.898)	-	-	

	2023									2023				
	Ativo Circulante			Ativo Não Circulante		Passivo Circulante			Passivo Não Circulante		Transações			
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Empréstimos	Vendas	Compras	Gastos compartilhados	Receita (Despesa) Financeira (Juros / Variação Cambial)			
Na Controladora														
Controlada direta - Indupa Argentina	61.273	712	37.177	193.628	(3.133)	(11.760)	-	-	(22.448)	10.230	6.875			
Controlada indireta - Indupa Brasil	1.137	1.216	-	-	(78)	(90)	(755.912)	13.389	(227)	12.987	(97.009)			
Controlada em conjunto direta - Tucano Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.991)	-	-			
Controlada em conjunto indireta - Tucano F6	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.059)	-	-			
Controlada em conjunto indireta - Tucano F7	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.152)	-	-			
Controlada em conjunto indireta - Tucano F8	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.731)	-	-			
Controlada em conjunto direta - LDS I	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.113)	-	-			
Controlada em conjunto direta - LDS II	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.666)	-	-			
Controlada em conjunto direta - LDS III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
No Consolidado														
Controlada em conjunto indireta - Solalban	-	1.590	-	-	-	(25.851)	-	13.063	(158.075)	-	-			

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Iniciou-se a operação parcial da Joint Venture com a AES dos parques eólicos da Tucano F6, F7 e F8 ("Tucanos") em 1º de janeiro de 2023. Os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 80.203.

Iniciou-se a operação parcial da Joint Venture com a Lar do Sol dos parques solares da LDS I, LDS II e LDS III ("LDS") em 12 de abril de 2023. Os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 98.510.

A venda de produtos da Companhia a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar com clientes terceiros. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com a remuneração de alguns executivos e colaboradores, que são rateadas com suas controladas direta e indireta.

A Companhia emitiu, nos dias 28 e 29 de novembro de 2022, notas comerciais que foram adquiridas pela controlada indireta Indupa Brasil, no montante total de R\$ 650.000. Os juros incidentes serão de CDI + 1,5% ao ano, de acordo com o aditamento emitido em 24 de novembro em 2023, os juros serão pagos anualmente a partir de 26 de novembro de 2025 até 26 de novembro de 2028 e o principal será pago em duas parcelas, com vencimento em 26 de novembro de 2027 e 26 de novembro de 2028. O valor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 755.912 (R\$ 658.903 em 31 de dezembro de 2022).

Os créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo junto a Indupa Argentina, originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019 com taxa de juros de 3% ao ano, amortizado parcialmente e demais amortizações a partir de 2027, remanescendo saldo de US\$ 37 milhões (em 31 de dezembro de 2022 US\$ 36 milhões), equivalentes a R\$ 179.493 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 188.294).

Adicionalmente em dezembro de 2021 foi concedido um novo empréstimo de US\$10 milhões com taxa de juros de 3% ao ano, a ser amortizado em 5 parcelas anuais de US\$ 2 milhões em dezembro de cada ano a partir de 2022 até 2026. Em 28 de setembro de 2023, foi emitida carta de postergação, determinando novo vencimento referente as duas primeiras parcelas para 30 de junho de 2024 e as demais permanecendo com o vencimento original. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber é de US\$ 10.6 milhões (US\$ 10.3 milhões em 31 de dezembro de 2022), equivalentes a R\$ 51.311 (R\$ 53.736 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu R\$ 5.601 referente aos juros (R\$ 33.427 em 31 de dezembro de 2022).

Remuneração consolidada do pessoal-chave da Administração

Os salários correspondem a remuneração fixa mensal, os benefícios de curto prazo são compostos por plano de saúde, seguro de vida, remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e benefícios de curto prazo	29.293	45.943
Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas (¹)	4.154	15.000
Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas (²)	2.722	9.828
	36.169	70.771

(¹) O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº23 item “e”.

(²) Refere-se aos encargos de INSS parte empresa e IRRF.

A Companhia possuía contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. (“Essentia Partners”), que teve término em 27 de novembro de 2022. Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações em 2023 totalizam R\$ 36 e correspondem a reembolso de despesas (R\$ 6.112 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços advocatícios com a Terra Tavares Ferrari Elias Rosa Advogados (“TERRA”). Um dos integrantes do conselho de administração da Companhia, faz parte do quadro societário da TERRA, e os valores das em 2023 totalizam R\$ 348 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2022).

A controlada Indupa Argentina possui contratos para a prestação de serviços advocatícios com a BF LAW SRL (“BF”). Um dos integrantes do conselho fiscal da controlada Indupa Argentina, faz parte do quadro societário da BF, e os valores das transações em 2023 totalizam R\$ 193 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2022).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com a Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um dos acionistas da Companhia. O valor do aluguel reconhecido no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 511 (R\$ 565 em 31 de dezembro de 2022). O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com término previsto para 2024.

11. Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos a fornecedores	11.326	11.662	14.226	15.566
Adiantamentos a empregados	1.122	766	1.790	1.437
Créditos a receber na venda de ativos (¹)	-	-	8.975	8.161
Reclamações de seguros	-	-	-	84
Dividendos a receber	11.227	-	11.227	-
Despesas Corporativas - Partes Relacionadas				
Nota 10	1.928	1.090	1.590	3.761
Demais ativos	-	-	265	684
	25.603	13.518	38.073	29.693
Circulante	25.603	13.518	28.780	21.047
Não circulante	-	-	9.293	8.646

(¹) Imóveis recebidos em contrapartida de contas a receber, ainda em processo de transferência de propriedade.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Investimentos

Investidas	Relação					Controladora 2022			
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
Controlada									
Indupa Argentina	Direto	711.885	3.068.737	431.090	485.101	2.864.431	662.437	98,72%	2.827.863
Mais valia de ativos (¹)									105.157
Controlada em conjunto									
Tucano Holdings III	Direto	204.875	719.641	103.264	606.174	215.078	40.096	50,00%	107.539
Coligadas									
Lar do Sol I	Direto	34.727	389.647	11.902	199.673	212.799	(79)	10,00%	21.282
Lar do Sol II	Direto	22.792	212.947	5.553	100.448	129.738	(72)	10,00%	12.975
Lar do Sol III	Direto	14.455	209.974	6.104	100.448	117.877	(73)	10,00%	11.788
Total									<u>3.086.604</u>

Investidas	Relação					Controladora 2023			
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
<i>Controlada</i>									
Indupa Argentina	Direto	591.321	3.000.989	406.085	346.712	2.839.513	399.484	99,13%	2.814.772
Mais valia de ativos (¹)									88.589
<i>Controlada em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	25.420	461.282	74.010	198.988	213.704	17.672	50,00%	106.852
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	41.270	448.213	26.197	215.942	247.344	44.563	10,00%	24.736
Lar do Sol II	Direto	19.979	247.091	12.630	113.419	141.021	14.494	10,00%	14.103
Lar do Sol III	Direto	17.820	237.884	11.058	113.550	131.096	17.028	10,00%	13.110
Total									<u>3.062.162</u>

(¹) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Relação	Consolidado							Saldos
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	(Prejuízo)	% Participação	
Controladas em conjunto									
Tucano Holdings III	Direto	204.875	719.641	103.264	606.174	215.078	40.096	50,00%	107.539
Solalban	Indireto	68.649	24.329	61.535	3.881	27.562	(3.140)	58,00%	15.986
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	34.727	389.647	11.902	199.673	212.799	(79)	10,00%	21.282
Lar do Sol II	Direto	22.792	212.947	5.553	100.448	129.738	(72)	10,00%	12.975
Lar do Sol III	Direto	14.455	209.974	6.104	100.448	117.877	(73)	10,00%	11.788
Veleiros Holdings S. A.	Indireto	44.180	214.714	13.266	14.833	230.795	(1.735)	10,00%	23.080
Total									192.650

Investidas	Relação	Consolidado							Saldos
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	
<i>Controladas em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	25.420	461.282	74.010	198.988	213.704	17.672	50,00%	106.852
Solalban	Indireto	47.567	13.826	44.800	2.656	13.937	(3.349)	58,00%	8.084
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	41.270	448.213	26.197	215.942	247.344	44.563	10,00%	24.735
Lar do Sol II	Direto	19.979	247.091	12.630	113.419	141.021	14.494	10,00%	14.104
Lar do Sol III	Direto	17.820	237.884	11.058	113.550	131.096	17.028	10,00%	13.110
Veleiros Holdings S. A.	Indireto	48.524	639.362	315.487	137.551	234.848	(2.294)	10,00%	23.485
Total									190.370

Controladora	2021	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital			Equivalência patrimonial			Efeito de Aplicação da IAS 29	2022
			Outros	no resultado do período	Em outros Resultados abrangentes	Amortização	Baixas			
Indupa Argentina	2.210.442	-	2.457	-	653.700	(320.784)	-	-	282.048	2.827.863
Mais Valia	135.551	(2.722)	128	-	-	-	(27.409)	(391)	-	105.157
Tucano Holdings III	87.491	-	-	-	20.048	-	-	-	-	107.539
Lar do Sol I	-	-	21.293	2	(13)	-	-	-	-	21.282
Lar do Sol II	-	-	12.983	1	(9)	-	-	-	-	12.975
Lar do Sol III	-	-	11.798	1	(11)	-	-	-	-	11.788
Total	2.433.484	(2.722)	48.659	4	673.715	(320.784)	(27.409)	(391)	282.048	3.086.604

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2022	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital	Equivalência patrimonial			Dividendos a receber	Efeito de Aplicação da IAS 29	2023
				no resultado do período	Em outros Resultados abrangentes	Amortização			
Indupa Argentina	2.827.863	-	11.945	395.573	(803.828)	-	-	383.219	2.814.772
Mais Valia	105.157	(356)	412	-	-	(16.624)	-	-	88.589
Tucano Holdings III	107.539	-	-	8.836	-	-	(9.523)	-	106.852
Lar do Sol I	21.282	-	-	4.456	-	-	(1.002)	-	24.736
Lar do Sol II	12.975	-	-	1.449	-	-	(321)	-	14.103
Lar do Sol III	11.788	-	-	1.703	-	-	(381)	-	13.110
Total	3.086.604	(356)	12.357	412.017	(803.828)	(16.624)	(11.227)	383.219	3.062.162

Consolidado	2021	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital	Outros	Equivalência patrimonial		2022	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial		2023
					no resultado do período	Efeito de Aplicação da IAS 29			no resultado do período	Efeito de Aplicação da IAS 29	
Tucano Holdings III	87.491	-	-	-	20.048	-	107.539	-	8.836	(9.523)	106.852
Solaiban	17.504	(7.400)	-	-	(3.140)	9.022	15.986	(11.406)	(3.348)	-	8.084
Veleiros Holdings S. A.	-	-	23.183	-	(103)	-	23.080	-	405	-	23.485
Lar do Sol I	-	-	21.293	2	(13)	-	21.282	-	4.456	(1.002)	24.758
Lar do Sol II	-	-	12.983	1	(9)	-	12.975	-	1.449	(321)	14.126
Lar do Sol III	-	-	11.798	1	(11)	-	11.788	-	1.703	(381)	13.132
Total	104.995	(7.400)	69.257	4	16.772	9.022	192.650	(11.406)	13.501	(11.227)	190.370

13. Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2023	2022			2023	2022
Terrenos	-	-	253.690	-	253.690	253.690
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	166.751	(86.982)	79.769	81.863
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.339.796	(932.250)	407.546	455.250
Veículos	20%	20%	145	(145)	-	-
Móveis e Utensílios	10%	10%	10.497	(7.717)	2.780	2.255
Demais bens	10%	10%	9.564	(8.250)	1.314	8.900
Imobilizado em andamento	-	-	266.546	-	266.546	78.840
			2.046.989	(1.035.344)	1.011.645	880.798

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2023	2022			2023	2022
Terrenos	-	-	292.988	-	292.988	309.876
Edificações e Construções	2,73% a 6,67%	3,33% a 6,67%	534.615	(288.185)	246.430	268.954
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.896.662	(2.689.300)	1.207.362	1.354.978
Veículos	20%	20%	2.921	(2.825)	96	354
Móveis e Utensílios	10% a 14,45%	10%	25.818	(19.976)	5.842	7.086
Demais bens	10%	10%	34.752	(28.376)	6.376	17.230
Imobilizado em andamento	-	-	437.881	-	437.881	321.884
			<u>5.225.637</u>	<u>(3.028.662)</u>	<u>2.196.975</u>	<u>2.280.362</u>

Controladora	2021	Adições líquidas de transferências		Depreciação	2022	Adições líquidas de transferências		Depreciação	2023
		Baixas	Baixas			Baixas	Baixas		
Terrenos	247.550	6.140	-	-	253.690	-	-	-	253.690
Edificações e Construções	85.412	2.317	-	(5.866)	81.863	5.169	-	(7.263)	79.769
Equipamentos e Instalações	469.757	43.437	(12)	(57.932)	455.250	42.417	(3.014)	(87.107)	407.546
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	2.597	144	(1)	(485)	2.255	1.098	(28)	(545)	2.780
Demais bens	8.816	864	-	(780)	8.900	(6.766)	(4)	(816)	1.314
Imobilizado em andamento (¹)	48.912	29.928	-	-	78.840	187.706	-	-	266.546
	<u>863.044</u>	<u>82.830</u>	<u>(13)</u>	<u>(65.063)</u>	<u>880.798</u>	<u>229.624</u>	<u>(3.046)</u>	<u>(95.731)</u>	<u>1.011.645</u>

Consolidado	2021	Adições líquidas de transferências		Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2022
		Baixas	Baixas				
Terrenos	301.177	6.140	-	-	22.298	(19.739)	309.876
Edificações e Construções	267.401	11.795	-	(16.381)	33.024	(26.885)	268.954
Equipamentos e Instalações	1.319.208	151.207	(2.240)	(149.366)	190.277	(154.108)	1.354.978
Veículos	527	19	-	(48)	106	(250)	354
Móveis e Utensílios	5.851	1.965	(40)	(1.097)	1.633	(1.226)	7.086
Demais bens	12.828	5.944	(9)	(2.777)	1.462	(218)	17.230
Imobilizado em andamento (¹)	252.932	127.428	-	-	11.872	(70.348)	321.884
	<u>2.159.924</u>	<u>304.498</u>	<u>(2.289)</u>	<u>(169.669)</u>	<u>260.672</u>	<u>(272.774)</u>	<u>2.280.362</u>

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2022	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2023
Terrenos	309.876	-	-	-	19.642	(36.530)	292.988
Edificações e Construções	268.954	20.717	-	(13.268)	26.889	(56.862)	246.430
Equipamentos e Instalações	1.354.978	191.792	(3.146)	(159.979)	167.826	(344.109)	1.207.362
Veículos	354	1	-	(10)	43	(292)	96
Móveis e Utensílios	7.086	1.751	(30)	(865)	1.283	(3.384)	5.841
Demais bens	17.230	(5.190)	(6)	(1.922)	858	(4.593)	6.377
Imobilizado em andamento (¹)	321.884	164.578	-	-	19.003	(67.584)	437.881
	<u>2.280.362</u>	<u>373.649</u>	<u>(3.182)</u>	<u>(176.044)</u>	<u>235.544</u>	<u>(513.354)</u>	<u>2.196.975</u>

(¹) Estão relacionados principalmente a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil do ativo imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Em 2022, a controlada indireta Indupa Brasil procedeu com a revisão das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliador externo. Com base na política da Companhia, as mudanças nas vidas úteis foram efetuadas de forma prospectiva, a partir de 2023 e o efeito representou uma diminuição da ordem de R\$ 24.177 na despesa de depreciação do exercício de 2023.

Em 2023, a Unipar Carbocloro procedeu com a revisão das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliador externo. Com base na política da Companhia, as mudanças nas vidas úteis serão efetuadas de forma prospectiva, a partir de 2024 que representará um aumento na despesa de depreciação no montante de R\$ 1.912 para o ano de 2024.

Com a aprovação do Congresso Nacional Brasileiro sobre a Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018), na qual prevê a eliminação da utilização de mercúrio nos processos de manufatura como a produção de cloro-álcalis, a Companhia no ano de 2021 finalizou os estudos para o encerramento da produção com o uso da tecnologia de Mercúrio e efetuou aceleração da depreciação dos seus ativos imobilizados que estão relacionados a esta tecnologia para estarem totalmente depreciado até o final de 2024, uma vez que não se espera obter mais benefícios econômicos futuros com eles após esta data.

Em decorrência dos ajustes de hiperinflação registrados pela controlada direta Unipar Indupa SAIC, a Companhia avalia se há indicativos de perda do valor recuperável do ativo imobilizado. Apesar do cenário econômico desafiador em que está inserida, a controlada direta tem histórico de resultados operacionais positivos e de lucratividade nos últimos exercícios e detém *market share* significativo no mercado local. Como parte desta avaliação, é feita uma análise do valor recuperável com base no valor em uso das operações na Argentina, com base nas projeções de resultados dos próximos 10 anos, considerando taxas de desconto e de crescimento compatíveis com as

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

perspectivas de risco locais e da participação de mercado em que a controlada indireta atua. A análise não identificou nenhum indicativo de perda do valor recuperável do ativo imobilizado da controlada direta em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui compromissos assumidos com fornecedores no montante de R\$ 279.743 referente a projetos de investimentos relacionados a modernização da planta de Cubatão bem como a nova fábrica localizada em Camaçari – BA.

14. Intangível

	Taxa anual de amortização		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	Líquido 2022	2023	Líquido 2022
	Ágio	-	-	273.025	273.025	273.286
Direito de uso de Software	20%	20%	15.721	8.157	39.851	23.603
			288.746	281.182	313.137	297.913

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. (“Carbocloro”). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, tal transação foi tratada como uma combinação de negócios em estágios, tendo sido apurado ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entende que a capitalização de mercado era muito superior ao valor contábil de seu capital, corroborando o entendimento da administração de que não havia indicativos de perda por redução ao valor recuperável do ágio e dos ativos.

O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração da Companhia para os próximos dez anos. A taxa de desconto (WACC) aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 16,26% (12,47% em 2022). Como resultado dessa análise, o valor em uso apurado foi muito superior ao valor contábil e, portanto, não foi identificada a necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Direito de uso e arrendamento por direito de uso

A decisão de não adotar o IFRS 16 / CPC 06 em 2022 em períodos anteriores foi tomada após uma cuidadosa avaliação das características dos contratos de arrendamentos mantidos pela Companhia.

A Companhia determinou que a não aplicação neste período era a mais adequada às suas necessidades e à transparência na divulgação das informações financeiras por conta de os valores não serem relevantes. Em 2023 após nova análise, foram identificados novos contratos de locações que pelas suas características se faz necessária a aplicação integral da norma, sendo contratos de arrendamento de imóveis, relacionados ao escritório central localizado em São Paulo – SP e arrendamento de terrenos, relacionados a planta industrial, em fase pré-operacional, localizada em Camaçari - BA.

a) Ativos de direito de uso

Controladora	Prazo de amortização (anos)	2022	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	2023
Terrenos (i)	15 anos		4.787		-	4.787
Edificações	5 anos		5.369		(268)	5.101
		-	10.156	-	(268)	9.888

(i) O contrato de arrendamento prevê opção de compra do terreno ao seu término.

b) Arrendamento a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora
	2023
Saldo inicial	0
Apropriação de juros	184
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(374)
Adições e remensurações	10.156
Saldo final	9.966
Circulante	948
Não circulante	9.018

O cronograma de desembolsos futuros estão apresentados abaixo:

	Controladora
	2023
Até 1 ano	948
De 1 a 2 anos	1.079
De 2 a 3 anos	1.238
De 3 a 4 anos	1.421
De 4 a 5 anos	1.254
Mais de 5 anos	4.026
Total	9.966

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE)

i. Taxas de desconto

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Companhia é:

<u>Contratos por prazo e taxas de descontos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Prazo contratos	
1 a 5 anos	14,79%

c) Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>
	<u>2023</u>
Ativo de direito de uso, líquido	
Base nominal	9.887
Base inflacionada	<u>10.061</u>
Passivo de arrendamento	
Base nominal	9.966
Base inflacionada	<u>10.071</u>
Despesa financeiras	
Base nominal	174
Base inflacionada	<u>174</u>
Despesa amortização	
Base nominal	244
Base inflacionada	<u>244</u>

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>
	<u>2023</u>
	Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar
Fluxo de caixa a valor presente	<u>922</u>
Fluxo de caixa nominal	<u>1.687</u>

16. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais	32.378	42.523	239.701	299.464
Fornecedores nacionais - imobilizado	14.802	10.781	31.480	37.419
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	78	107	-	-
Fornecedores nacionais - risco sacado (¹)	3.807	4.728	10.600	13.026
Fornecedores exterior	11.074	559	36.014	15.805
Fornecedores exterior - partes relacionadas	3.133	-	-	-
	<u>65.272</u>	<u>58.698</u>	<u>317.795</u>	<u>365.714</u>
Circulante	<u>65.272</u>	<u>58.698</u>	<u>317.795</u>	<u>365.714</u>

(¹) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Tais contratos não preveem qualquer tipo de remuneração à Companhia ao efetivar as operações junto aos bancos. A operação não altera substancialmente os prazos, preços e condições comerciais anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia entende que continua sendo um passivo operacional e classifica na rubrica de Fornecedores. Ademais a Administração da Companhia também observou aspectos quantitativos uma vez que os valores envolvidos em tais transações não são relevantes em relação (i) ao saldo total de fornecedores e (ii) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

17. Empréstimos

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Em moeda nacional					
Debêntures - Carbocloro (2022 e 2023: CDI + 1,25% a.a.) (1)	R\$	137.965	215.287	137.965	215.287
Debêntures - Carbocloro (2022 e 2023: CDI +1,90% a.a.) (2)	R\$	852.425	886.862	852.425	886.862
Debêntures - Carbocloro (2023: CDI +2,05% a.a.) (7)		765.158	-	765.158	-
Capital de Giro - Carbocloro (2022 e 2023 - CDI + 1,25% a.a.) (3)	R\$	-	12.347	-	12.347
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR	AR\$	-	-	6	2
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (4)	R\$	-	-	10.376	14.127
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (4)	R\$	-	-	14.285	20.490
Nota Comercial (2022 e 2023 - CDI + 1,50% a.a.) - Partes Relacionadas (Nota 10) (6)	R\$	755.396	658.322	-	-
Nota Promissória - Carbocloro (2022 e 2023: CDI + 1,85% a.a.) (5)	R\$	271.206	242.631	271.206	242.631
		2.782.150	2.015.449	2.051.421	1.391.746
Circulante		404.151	168.988	415.411	171.206
Não circulante		2.377.999	1.846.461	1.636.010	1.220.540

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 96% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debêntures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020. O valor correspondente a 5ª emissão de R\$201.050 será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 teve a amortização concluída em 20 de março de 2022. Os juros são pagos semestralmente.
- (2) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 será amortizada em uma parcela anual em 29 de abril de 2024. A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões. (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de novembro de 2021, em uma série, no total de R\$ 500.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal será em duas parcelas sendo a primeira em 13 de outubro de 2027, no valor de R\$ 250.000 e a segunda parcela será em 13 de outubro de 2028 no valor de R\$ 250.000. Os juros são pagos semestralmente.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo liquidadas em 04 de abril de 2023.
- (4) Captações destinadas à modernização e ampliação da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André da controlada indireta Unipar Indupa do Brasil, garantidas por aval da Companhia. Para os empréstimos indexados ao IPCA o pagamento de juros e principal serão realizados anualmente com vencimento em 15 de setembro de 2025. Para os empréstimos indexados ao TJLP o pagamento de principal e juros são pagamos mensalmente e tem como vencimento 17 de agosto de 2026.
- (5) Captações livres de garantia, em duas séries, no total de R\$ 200.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 100.000 será

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 100.000 será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2026. Os juros são pagos no vencimento para ambas as emissões.

- (6) A Companhia captou, nos dias 28 e 29 de novembro de 2022, recursos financeiros por meio de notas Comerciais (“notas”) adquiridas pela sua controlada indireta Unipar Indupa do Brasil S.A, no montante total de R\$ 650.000. As notas são remuneradas com base na variação do CDI + juros de 1,5% ao ano, pagos anualmente. O principal será pago em duas parcelas, com vencimentos em 26 de novembro de 2027 e 26 de novembro de 2028.
- (7) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 16 de outubro de 2023, em uma série, no total de R\$ 750.000, destinadas aos negócios de gestão ordinária. A amortização do principal será em duas parcelas sendo a primeira em 16 de novembro de 2029, no valor de R\$ 375.000 e a segunda parcela será em 16 de novembro de 2030 no valor de R\$ 375.000. Os juros são pagos semestralmente.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
2024	404.151	415.411
2025	261.499	166.278
2026	216.500	219.732
2027	575.000	250.000
2028	575.000	250.000
2029 em diante	750.000	750.000
	<u>2.782.150</u>	<u>2.051.421</u>

Em 25 de setembro de 2023, foi divulgado, em Fato Relevante, a aprovação do Projeto de *Phase Out* das Tecnologias de Diafragma e de Mercúrio relativo à Planta de Cubatão - SP e em dezembro de 2023 foi aprovada a contratação da linha de crédito (*Buyer Credit* - Crédito Comprador) de até US\$ 42.869, equivalentes a R\$ 207.542 em 31 de dezembro de 2023, junto ao Banco Santander S.A., a qual será garantida pelo Euler Hermer Aktiengesellschaft (“ECA”), que serão desembolsados para a aquisição de equipamentos, conforme cronograma de valores e bens a serem despendidos e fornecidos nos termos do *Export Contract* (Contrato de Exportação) celebrado com a Thyssenkrupp Nucera AG & Co e para o pagamento de prêmio da ECA.

18. Salários e encargos sociais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisões sobre folha de pagamento	15.861	16.297	38.654	50.849
Participação nos lucros, bônus e prêmios	40.036	40.855	79.444	101.705
Encargos sociais	5.611	7.294	15.564	24.380
Outros	-	-	35	19.439
	<u>61.508</u>	<u>64.446</u>	<u>133.697</u>	<u>196.373</u>
Circulante	54.524	55.211	126.214	186.458
Não circulante	6.984	9.235	7.483	9.915

19. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro através da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor. Atualmente, o processo encontra-se no tribunal aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela ANEEL.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Atualmente, o processo encontra-se aguardando prolação de sentença. Em 30 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”). A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por conseguinte, os recolhimentos estão sendo efetuados no valor total, desconsiderando a liminar deferida pelo Tribunal Regional.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Os pagamentos são realizados mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação que por objetivo o enfrentamento das distorções no modelo de formação de preços (PLD) e suas consequências no elevado custo do Encargo de Serviços do Sistema (ESS). A liminar deferida encontra-se suspensa em razão de decisão proferida pelo Tribunal Federal da 1ª Região em novembro de 2022. Sentença parcialmente procedente. Atualmente, o processo aguarda sentença julgamento pelo TRF.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fiscais	12.694	11.270	15.709	16.475
Trabalhistas e previdenciárias	30.211	19.635	42.767	35.757
Cíveis	1.627	305	10.309	8.479
Total	44.532	31.210	68.785	60.711
Depósitos judiciais fiscais	(8.214)	(7.562)	(8.214)	(7.626)
Depósitos judiciais trabalhistas	(7.921)	(7.477)	(12.626)	(12.655)
Depósitos judiciais cíveis	-	-	(8.682)	-
Total	(16.135)	(15.039)	(29.522)	(20.281)
	28.397	16.171	39.263	40.430
Circulante	963	866	2.730	5.191
Não Circulante	27.434	15.305	36.533	35.239

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”.

Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

Controladora	2021	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2022	
Fiscais	22.941	1.493	(13.345)	181	-	11.270	
Trabalhistas e previdenciárias	15.400	7.474	(3.239)	-	-	19.635	
Cíveis	10	5.702	(5.407)	-	-	305	
Depósitos Judiciais	(12.172)	(3.400)	1.077	(438)	(106)	(15.039)	
	26.179	11.269	(20.914)	(257)	(106)	16.171	
				Transferência para depósitos judiciais	Atualização monetária	2023	
Fiscais	11.270	1.792	(368)	-	-	12.694	
Trabalhistas e previdenciárias	19.635	13.738	(3.162)	-	-	30.211	
Cíveis	305	1.322	-	-	-	1.627	
Depósitos Judiciais	(15.039)	-	(145)	(557)	(394)	(16.135)	
	16.171	16.852	(3.675)	(557)	(394)	28.397	
Consolidado	2021	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2022
Fiscais	58.374	3.159	(45.239)	181	-	-	16.475
Trabalhistas e previdenciárias	38.307	12.456	(9.830)	-	-	(5.176)	35.757
Cíveis	5.406	17.955	(14.882)	-	-	-	8.479
Depósitos Judiciais	(24.426)	(8.703)	13.408	(438)	(106)	(16)	(20.281)
	77.661	24.867	(56.543)	(257)	(106)	(5.192)	40.430
				Transferência para depósitos judiciais	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2023
Fiscais	16.475	2.450	(3.216)	-	-	-	15.709
Trabalhistas e previdenciárias	35.757	14.949	(5.389)	-	46	(2.596)	42.767
Cíveis	8.479	1.830	-	-	-	-	10.309
Depósitos Judiciais	(20.281)	(8.684)	410	(557)	(394)	(16)	(29.522)
	40.430	10.545	(8.195)	(557)	(348)	(2.612)	39.263

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Na controladora

a) Demandas fiscais

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 9.399 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.195 em 31 de dezembro de 2022), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos.

i. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2023 o montante dessas provisões é de R\$ 3.296 (R\$ 3.075 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais tributários da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam R\$ 29.675 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 30.841 em 31 de dezembro de 2022). A Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 26.693 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 16.317 em 31 de dezembro de 2022) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 25.504 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.879 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.962 em 31 de dezembro de 2022). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de reembolso relacionadas a estas ações judiciais. A Companhia possui decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho afastando a tese defendida pelos antigos funcionários da ex-investida.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2023 o montante dessas provisões é de R\$ 3.912 (R\$ 3.318 em 31 de dezembro de 2022).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demandas Cíveis

i. Processos Prováveis

A Companhia possui processos relacionados a honorários sucumbenciais societários no montante de R\$ 127 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2023 o montante dessas provisões é de R\$ 1.500.

c) Demandas judiciais ambientais

i. Demanda judiciais não mensuráveis - Possíveis

O Ministério Público do Estado de São Paulo Federal (“MPF”) requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – “STJ”) o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irreversíveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Em abril de 2023, o Juiz determinou a realização de nova perícia, sem data definida. Atualmente, aguarda-se a nova perícia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a correção do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia corrigiu seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor total da causa é de R\$ 43.030 (R\$ 43.390 em 31 de dezembro de 2022). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável e possível. Não houve probabilidade de perda avaliada como provável para 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.103 em 31 de dezembro de 2022) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 43.030 (R\$ 41.287 em 31 de dezembro de 2022).

ii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 625 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2022), São processos relativos a imposto municipal.

iii. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 51.265 (R\$ 44.894 em 31 de dezembro 2022), e outros processos que montam R\$ 2.753 (R\$ 4.214 em 31 de dezembro de 2022).

Com isso o montante de R\$ 97.673 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 90.396 em 31 de dezembro de 2022) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

iv. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2023 o montante dessas provisões é de R\$ 2.389 (R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2022).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 11.847 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 12.865 em 31 de dezembro de 2022) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 4.521 (R\$ 4.436 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia é parte em um destes processos trabalhistas avaliados com chance de perda possível, em que é pleiteado o reconhecimento de que um dos seus ex-clientes, que decretou falência, faria parte do seu grupo econômico. A Companhia obteve decisão desfavorável em primeira instância e entende que tem sólidos argumentos para reformar tal decisão.

c) Demandas judiciais cíveis

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 8.682 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.174 em 31 de dezembro de 2022) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 41.076 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 40.500 em 31 de dezembro de 2022).

d) Demandas judiciais ambientais possíveis

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou que não havia demandas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2022, para auto de infração da CETESB).

A Companhia está no polo passivo de uma ação civil pública ajuizada pelo Município de Santo André, visando a interrupção e recuperação de trilhas que levam às cachoeiras. Atualmente o processo encontra-se aguardando perícia.

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada com base na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 709 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.257 em 31 de dezembro de 2022).

21. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

O acompanhamento dos processos pela “CETESB” (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) ocorre por meio da avaliação dos relatórios e outros documentos relativos ao Gerenciamento de Áreas contaminadas emitidos por consultorias especializadas que atuam como responsáveis técnicos. Estes documentos são protocolados exclusivamente em meio digital no sistema e-ambiente da Cetesb. Adicionalmente são realizadas visitas técnicas periódicas para acompanhamento das ações de gerenciamento dos passivos ambientais

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Na mensuração da provisão são consideradas todas as atividades necessárias para a gestão dos passivos ambientais (etapas de investigação, monitoramentos, operação e manutenção de sistemas de remediação, execução de testes piloto e implementação de planos de intervenção), incluindo as estimativas elaboradas pelas consultorias que atuam como

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

responsáveis técnicos dos processos junto à “CETESB”, sendo reavaliada trimestralmente. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo ambiental	6.835	5.660	52.354	59.959
Circulante	840	699	19.361	23.095
Não circulante	5.995	4.961	32.993	36.864

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Controladora	2021	Adições	Utilização	2022	Adições	Utilização	2023
Passivo ambiental	2.765	3.387	(492)	5.660	1.402	(227)	6.835

Consolidado	2021	Adições	Utilização	Ajustes de conversão	2022	Adições	Reversões	Utilização	Ajustes de conversão	2023
Passivo ambiental	48.316	32.781 (1)	(17.970)	(3.168)	59.959	9.712	5.736	(1.605)	(21.448)	52.354

(1) Em 2021 a Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos por meio de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.”

A Companhia vem solicitando junto a “CETESB” conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento a implantação do plano de intervenção definitivo.

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa de gastos anuais é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
2024	840	19.361
2025	320	7.678
2026	2.184	11.161
2027	1.877	8.830
2028	1.614	5.324
	6.835	52.354

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos impostos	939.091	1.649.714	1.165.461	2.051.990
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(319.291)	(560.903)	(396.257)	(697.677)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	140.086	229.063	4.577	5.702
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	937	(5.599)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (1)	-	-	(127.864)	(102.542)
Exclusão da atualização monetária SELIC sobre impostos a recuperar (2)	2.318	2.265	17.782	16.218
Juros não dedutíveis sobre operações financeiras (3)	-	-	-	(30.164)
Incentivo à inovação tecnológica (4)	280	-	45.854	-
Ajuste por inflação impositivo Lei 20628 Art. 105.	-	-	(2.515)	50.005
Outros	3.896	4.844	3.462	13.352
Total das diferenças permanentes	146.580	236.172	(57.767)	(53.028)
Outros itens de reconciliação				
Incentivo à inovação tecnológica (4)	1.350	938	48.090	33.018
Exclusão de atualização monetária Selic sobre indêbitos tributários (2)	19.778	-	31.746	-
	21.128	938	79.836	33.018
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(151.583)	(323.793)	(374.188)	(717.687)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	16,14%	19,63%	32,10%	34,98%
IRPJ e CSLL correntes	(194.928)	(375.812)	(290.607)	(727.016)
IRPJ e CSLL diferidos	22.217	51.081	(163.417)	(23.689)
Exclusão da atualização monetária SELIC sobre indêbitos tributários (2)	19.778	-	31.746	-
IRPJ e CSLL crédito Lei do Bem	1.350	938	48.090	33.018
Total da despesa de IR e CSLL no resultado	(151.583)	(323.793)	(374.188)	(717.687)

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pelos ajustes de hiperinflação conforme IAS 29, registrados pela Indupa Argentina.
- (2) Refere-se à aplicação da alíquota de 34% sobre o valor da atualização monetária com base na taxa Selic sobre (i) créditos de PIS e Cofins e (ii) valor do crédito decorrente da exclusão de atualização monetária da SELIC sobre indêbitos tributários de anos anteriores mediante trânsito em julgado, reconhecido em 2023, conforme informado na nota explicativa n° 7.
- (3) Em 2022, correspondia à parcela não dedutível dos juros incorridos no empréstimo da controlada indireta Indupa do Brasil com a Unipar Indupa SAIC Argentina, calculada com base nos parâmetros de preços de transferência vigentes para aquele exercício. Em 2023, a controlada indireta adotou, de forma antecipada, as novas regras de preços de transferência, que passaram a vigorar a partir de 1.1.2024, para as suas transações de empréstimo, de vendas e de compras de mercadorias com a Unipar Indupa SAIC Argentina. A adoção das novas regras não resultou em ajuste na apuração dos impostos sobre a renda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (4) Corresponde ao benefício da lei do Bem, que permite a Companhia e sua controlada indireta Indupa do Brasil deduzir uma parcela dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos exercícios de 2023 e 2022.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	18.543	12.536	26.548	21.459
Ágio a amortizar	-	2.982	-	2.982
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	39	50.052	37.442
Passivo ambiental	2.324	1.924	14.540	15.929
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19)	886	2.059	10.998	8.923
Provisão de encargos de energia elétrica	28.398	28.769	44.956	45.512
Provisão para desvalorização de estoques	1.741	5.957	4.856	13.723
Rateio Corporativo	-	-	20.102	19.311
Provisão de despesas com investidas no exterior	12.543	10.000	12.543	10.000
Outros	6.152	21.552	22.917	39.849
Total do imposto diferido ativo	70.587	85.818	207.512	215.130
Imposto diferido passivo				
Efeito sobre combinação de negócios (1)	(389.632)	(394.967)	(389.632)	(394.967)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (2)	(77.871)	(99.186)	(169.413)	(180.342)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (3)	-	-	(117.785)	(165.571)
Ajuste por inflação impositivo Lei 20628 Art. 105.	-	-	(473)	(3.543)
Atualizações Monetárias	(865)	(865)	(865)	(865)
Encargos capitalizados	(2.529)	(2.797)	(4.569)	(5.166)
Efeito tributário sobre o ganho pelo método de aplicação de equivalência patrimonial	(6.074)	(6.074)	(6.074)	(6.074)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina	22.543	22.421	22.543	22.421
Ganho financeiro não realizado	-	-	(4.315)	(2.124)
Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS (5)	-	(5.819)	(103.528)	(123.696)
Varição Cambial - Regime de Caixa (4)	(14.787)	(15.588)	(190.738)	(15.588)
Total do imposto diferido passivo	(469.215)	(502.875)	(964.849)	(875.515)
Líquido (Passivo) de imposto diferido	(398.628)	(417.057)	(757.337)	(660.385)

- (1) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da receita por compra vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2023 a base de cálculo da receita por compra vantajosa apresenta o montante de R\$987.232 (R\$ 995.132 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da mais valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2023 o montante da base de cálculo desta mais valia é de R\$ 158.745 (R\$ 166.537 em 31 de dezembro de 2022).
- (2) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.
- (3) Corresponde ao imposto de renda diferido sobre a diferença entre a base contábil, ajustada pelos efeitos de hiperinflação, e a base fiscal da controlada Unipar Indupa SAIC.
- (4) Corresponde ao resultado de variação cambial (ganho ou perda) que é computado, para fins fiscais, quando efetivamente realizado, de acordo com o regime de caixa.
- (5) Em 31 de dezembro de 2023 na controladora o saldo da parcela de principal dos créditos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS foi integralmente compensado (R\$ 17.116 em 31 de dezembro de 2022). A controlada indireta Indupa do Brasil constituiu passivo diferido relacionado ao mesmo tema sobre o montante de R\$ 304.495 (R\$ 346.698 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O cronograma de realização IRPJ e CSLL diferidos ativo é o seguinte:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	29.829	118.914
2025 a 2027	30.579	59.415
2028	10.179	29.183
	<u>70.587</u>	<u>207.512</u>

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais provenientes de vendas de participações societárias em 2010 para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 525.257.

A controlada indireta Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiária localizada na Argentina, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda daquele país por alíquotas superiores às vigentes no Brasil.

Movimentação do IRPJ CSLL diferido entre resultado e outros resultados abrangentes no patrimônio líquido:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo Inicial	(417.057)	(468.997)	(660.385)	(631.290)
No resultado	22.217	51.081	(224.937)	(83.863)
No resultado (Efeito do cálculo final do incentivo da Lei do Bem na provisão)	31	74	14.013	9.858
No patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(3.819)	785	114.432	44.910
No passivo	-	-	(460)	-
Saldo Final	(398.628)	(417.057)	(757.337)	(660.385)

Movimentação da provisão de IRPJ e CSLL a recolher (a recuperar)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	254.800	93.265	290.319	325.519
Dedução com saldo IRRF	(14.683)	(20.439)	(14.683)	(34.607)
Compensações (Créditos de outros impostos)	-	(41.456)	(15.987)	(85.504)
Pagamento do saldo de IRPJ e CSLL referente ao exercício anterior	(253.716)	(51.809)	(290.247)	(78.275)
Saldo ano anterior parcelado	-	-	-	(105.678)
Pagamento do saldo IRPJ e CSLL parcelado	(5.282)	-	(5.282)	-
Atualização do parcelamento IRPJ e CSLL referente ao exercício anterior	2.207	-	2.207	-
Provisão de IRPJ e CSLL do exercício	194.928	375.812	238.260	660.148
Antecipações de IRPJ e CSLL no exercício	(133.750)	(100.573)	(182.647)	(296.336)
Antecipações de IRPJ e CSLL efetuado a maior durante o exercício	-	-	-	(24.642)
Reclassificação das antecipações efetuadas a maior durante o exercício para impostos a recuperar	7.125	-	7.125	24.642
Ajustes de conversão	-	-	806	(94.948)
Saldo final de IR/CS a recolher	51.629	254.800	62.193	291.331
Saldo final de IR/CS a recuperar	-	-	32.322	1.012

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Outros impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recolher	13.791	26.495	14.595	27.200
ICMS a recolher - parcelamento	11.397	20.041	22.136	35.802
PIS a recolher	652	1.541	690	1.541
COFINS a recolher	3.139	7.183	3.480	7.183
Impostos retidos, impostos e taxas estaduais e de prefeituras	5.408	6.327	21.783	22.694
Imposto sobre investimentos - Argentina	-	-	7.284	13.940
	34.387	61.587	69.968	108.360
Circulante	30.938	51.315	62.523	88.406
Não circulante	3.449	10.272	7.445	19.954

24. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguro saúde	2.606	6.056	19.972	17.781
Benefícios rescisórios	-	-	10.481	7.228
Gratificação por tempo de serviço	-	-	1.346	1.012
Total	2.606	6.056	31.799	26.021

Controladora	2021	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	Encerramento do Plano	2022
Plano de Saúde	4.180	(511)	841	1.546	(6.056)	-
Seguro Saúde	-	-	-	-	6.056	6.056
Previdência privada	-	-	7.437	(7.437)	-	-
Total	4.180	(511)	8.278	(5.891)	-	6.056

Controladora	2022	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	2023
Plano de Saúde	-	-	5	(5)	-
Seguro Saúde	6.056	(1.558)	969	(2.861)	2.606
Previdência privada	-	-	-	-	-
Total	6.056	(1.558)	974	(2.866)	2.606

Consolidado	2021	Uso	Recebimento	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	Encerramento do Plano	Ajustes de conversão	2022
Plano de Saúde	42.334	(2.720)	445	4.213	(26.491)	(17.781)	-	-
Seguro Saúde	-	-	-	-	-	17.781	-	17.781
Previdência privada	-	-	-	7.437	(7.437)	-	-	-
Benefícios rescisórios	7.801	(2.111)	-	2.723	1.082	-	(2.267)	7.228
Gratificação por tempo de serviço	1.139	(383)	-	221	35	-	-	1.012
Total	51.274	(5.214)	445	14.594	(32.811)	-	(2.267)	26.021

Consolidado	2022	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	Ajustes de conversão	2023
Plano de Saúde	-	-	5	(5)	-	-
Seguro Saúde	17.781	(2.170)	2.263	2.098	-	19.972
Previdência privada	-	-	-	-	-	-
Benefícios rescisórios	7.228	(317)	1.319	5.806	(3.555)	10.481
Gratificação por tempo de serviço	1.012	(318)	200	452	-	1.346
Total	26.021	(2.805)	3.787	8.351	(3.555)	31.799

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 01 de fevereiro de 2022, a administração da Companhia celebrou um novo contrato de Seguro Saúde Coletivo Empresarial e Condições Gerais, o que alterou significativamente seu passivo atuarial. Assim houve o encerramento do patrocínio ao plano de saúde até então vigente e os seus participantes tiveram a opção de adesão ao benefício de seguro saúde oferecido aos demais funcionários.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

a) Plano de contribuição definida

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora. Durante o exercício de 2023, a Companhia contribuiu para o plano com R\$ 6.820 (R\$5.997 no exercício de 2022), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais quaisquer obrigações ou compromissos junto ao plano.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Taxa de desconto nominal	5,53% a 5,59% a.a.	9,54% a 9,63% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4 % a.a.	3,25 % a.a.
Inflação médica	2% a.a	6,61 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2023 é de 74 (87 em 31 de dezembro de 2022).

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valor presente das obrigações atuariais	42.534	69.309
Valor justo dos ativos	(85.916)	(87.974)
Superávit	(43.382)	(18.665)
Efeito do teto do ativo	43.382	18.665
Passivo atuarial líquido	-	-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	69.309	61.018
Custo financeiro	6.251	4.889
(Ganhos) Perdas atuariais - experiência	(29.729)	14.196
(Ganhos) Perdas atuariais - premissas financeiras	1.287	(3.495)
Benefícios pagos	(4.584)	(7.299)
Saldo em 31 de dezembro	42.534	69.309

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	87.973	106.490
Receitas de juros sobre os ativos do plano	(5.512)	(20.052)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	8.038	8.711
Contribuições do empregador	-	122
Benefícios pagos	(4.585)	(7.298)
Saldo em 31 de dezembro	85.914	87.973

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos que compõem os ativos do plano estão representados substancialmente por aplicações em títulos públicos.

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(6)	(7)
Contribuições da patrocinadora	-	(122)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	6	129
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2023 é de R\$ 6 e não há montante de projeção para o exercício seguinte.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2023 é de 503 (471 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o número de assistidos é de 27.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	6.056	4.181
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	968	832
Contribuições da patrocinadora	(1.557)	(511)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	(2.861)	1.554
	2.606	6.056

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2023 é de R\$ 968 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 248.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2023	
		Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	41.247	2.486
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	43.795	2.736
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	43.916	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	41.223	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	2.885
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	2.364
Tábua de mortalidade geral	Aumento de 10%	41.158	2.773
Tábua de mortalidade geral	Redução de -10%	43.916	2.461

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora, o qual é administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada (“Carboprev”). Uma vez paga as contribuições a Companhia não tem mais obrigações ou compromissos com o plano. Em 2023, o total das contribuições foram de R\$ 3.027 e em 2022 R\$ 2.627.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação atuarial anual em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativas aos planos de saúde/seguro saúde, benefícios rescisórios e gratificação por tempo de serviço estão a seguir descritas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Taxa de desconto nominal	5,56% a 5,60 % a.a	9,53% a 9,54% a.a
Taxa de inflação de longo prazo	4% a.a	3,25% a.a
Taxa de crescimento salarial futuro	4,52%	3,77% a.a
Inflação médica	2% a.a	3,25% a.a
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de Saúde / seguro saúde

A Companhia oferece um seguro saúde pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2023 é de 151 (145 em 31 de dezembro de 2022). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 17.366 (R\$ 11.724 em 31 de dezembro de 2022).

d) Gratificação por tempo de serviço

A Companhia oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2023 é de 336 (345 em 31 de dezembro de 2022). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.346 (R\$1.012 em 31 de dezembro de 2022).

e) Benefícios rescisórios

A Companhia proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e seu passivo atuarial correspondente. O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.707 (R\$ 2.769 em 31 de dezembro de 2022).

A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados em c, d e e acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	<u>2024</u>
Seguro saúde	<u>1.917</u>
Benefícios rescisórios	<u>884</u>
Gratificação por tempo de serviço	<u>288</u>
	<u>3.089</u>

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pelo banco BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 547 (em 31 de dezembro 2022 R\$ 1.196).

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão a seguir descritas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Taxa de desconto nominal	19,50% a.a.	47,17 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	154% a.a.	20,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	155,27%	20,60 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2023 é de 566 (552 em 31 de dezembro de 2022). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.774 (R\$4.459 em 31 de dezembro de 2022). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 7.681.

25. Capital Social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 1.200.000 (R\$ 1.200.000 em 31 de dezembro de 2022).

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 927.877 composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição.

	<u>Controladora</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Ações ordinárias	36.308.767	36.308.767
Ações preferenciais Classe A	2.245.812	2.245.812
Ações preferenciais Classe B	65.321.579	65.321.579
	<u>103.876.158</u>	<u>103.876.158</u>

Notas explicativas da Administração

às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 346.599 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 (377.092 em 31 de dezembro de 2022) no valor contábil de R\$ 28.276 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 31.039 em 31 de dezembro de 2022). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2023 representava R\$ 24.635 (R\$ 31.415 em 31 de dezembro 2022).

Em 2023, a Companhia efetuou recompra de 21.700 ações ao preço médio ponderado de R\$ 72,90 por ação, totalizando R\$ 1.582. As ações foram adquiridas no âmbito do Quarto Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023 para recompra de até 5.336.669 ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado.

A movimentação detalhada das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 2021	Recompras	Bonificação	Concessão de ações	Nº ações em 2022
Ações ordinárias	-	318.900	-	-	318.900
Ações preferências - A	25.100	-	2.510	-	27.610
Ações preferências - B	5.000	181.660	500	156.578	30.582
Total	30.100	500.560	3.010	156.578	377.092

Ações em tesouraria	Nº ações em 2022	Recompras	Concessão de ações	Nº ações em 2023
Ações ordinárias	318.900	-	-	318.900
Ações preferências - A	27.610	-	-	27.610
Ações preferências - B	30.582	21.700	52.193	89
Total	377.092	21.700	52.193	346.599

e) Transações com pagamentos baseados em ações – Plano de ações restritas

No dia 13 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia (“Plano de Concessão”), que consiste na entrega de ações preferenciais da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra o Plano de Concessão.

O Plano de Concessão é realizado mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os participantes farão jus ao recebimento de Ações restritas.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com o Plano de Concessão, em julho de 2022, foram concedidas 365.350 ações preferenciais classe B, restritas aos participantes aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Naquele mês, foram exercidas/entregues 156.578 ações restritas, que não estavam sujeitas à nenhuma condição ou período de *vesting* com a utilização de ações em tesouraria, ao custo de R\$ 15.000. Em julho de 2023, foram exercidas/entregues 52.193 ações restritas que estavam sujeitas à condição ou período de *vesting* com a utilização de ações em tesouraria, ao custo de R\$ 6.520

Abaixo seguem as movimentações das ações restritas:

31 de dezembro de 2022	
Ações restritas	
Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	-
Movimentações	
Concedidas	365.350
Exercidas	(156.578)
Saldo final no exercício	208.772
31 de dezembro de 2023	
Ações restritas	
Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	208.772
Movimentações	
Concedidas	-
Exercidas	(52.193)
Saldo final no exercício	156.579

O saldo remanescente de 156.579 ações restritas será entregue ao participante em 03 parcelas anuais, entre julho de 2024 até julho de 2026. O valor justo deste saldo remanescente será apropriado ao resultado do exercício, na rubrica de “Despesas administrativas”, de forma proporcional a cada parcela anual.

Até 31 de dezembro de 2023 houve apropriação ao resultado de R\$ 10.867 que inclui R\$ 2.988 do encargo de IRRF assumido pela Companhia.

26. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	139.801	139.801	-	867.964	1.147.566
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	532	532
Aumento do Capital Social	-	-	-	(228.875)	(228.875)
Constituição de Reservas	45.775	45.775	-	-	91.550
Em 31 de dezembro de 2022	185.576	185.576	-	639.621	1.010.773
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	2.544	2.544
Dividendos intermediários	-	-	-	(82.896)	(82.896)
Constituição de Reservas	-	-	535	590.230	590.765
Em 31 de dezembro de 2023	185.576	185.576	535	1.149.499	1.521.186

a) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social, a reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia propôs dividendos adicionais que foram aprovados em reunião do conselho de Administração realizada em 14 de março de 2024 no montante de R\$ 108.308.

Na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) a ser realizada em 18 de abril de 2024, será apresentada proposta do aumento de capital social da Companhia em R\$ 242.233 com a utilização da reserva para investimentos, com bonificações de ações, com a finalidade de equalizar o excedente das reservas de lucros que estão superiores ao valor do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída conforme disciplinado pelo art. 195 A da lei nº 6404/76 e com base no TTD (Tratamento Tributário Diferenciado) na operação de ICMS na região de Santa Catarina.

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.409.277	3.048.998	5.819.046	8.369.052
Mercado externo	24.110	35.533	230.331	527.444
	2.433.387	3.084.531	6.049.377	8.896.496
Impostos e outras deduções sobre vendas	(515.676)	(671.168)	(1.149.692)	(1.619.906)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	(2.397)	(6.184)
Receita líquida de vendas	1.917.711	2.413.363	4.897.288	7.270.406

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(563.728)	(642.859)	(2.355.003)	(3.072.191)
Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores	(218.863)	(245.320)	(549.915)	(701.284)
Encargos de depreciação e amortização	(118.186)	(95.664)	(246.977)	(247.294)
Serviços de terceiros	(134.492)	(127.013)	(275.882)	(299.284)
Despesas com fretes de vendas	(105.455)	(95.671)	(215.791)	(254.036)
Outras	(46.103)	(39.259)	(177.220)	(221.525)
	(1.186.827)	(1.245.786)	(3.820.788)	(4.795.614)
Custos e despesas por função:				
Custo dos produtos vendidos (1)	(832.740)	(887.242)	(3.146.905)	(4.015.101)
Despesas com vendas	(105.455)	(95.671)	(227.927)	(272.527)
Despesas administrativas	(248.632)	(262.873)	(445.956)	(507.986)
	(1.186.827)	(1.245.786)	(3.820.788)	(4.795.614)

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(¹) A controladora registrou em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 1.371 (R\$ 4.851 em 31 de dezembro de 2022) referente a custos relacionados a pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. No consolidado registrou o montante de R\$ 224.773 (R\$ 233.311 em 31 de dezembro de 2022).

29. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reversão (constituição) para demandas judiciais	(15.330)	(11.879)	(18.814)	(37.063)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	(1.402)	(3.387)	(7.819)	(30.885)
Reversão (constituição) da provisão para perdas de crédito esperadas	(233)	57	102	(505)
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (¹)	(92)	(25.219)	(92)	(38.800)
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(4.942)	(6.063)
Receitas (Despesas) relacionadas ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS	-	12.057	-	24.283
Outras despesas com investimentos	(7.630)	(13.693)	(8.052)	(13.736)
Doações	(9.615)	(12.578)	(9.615)	(15.213)
Adesão parcelamento fiscal	(1.642)	-	(2.391)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.568)	(3.082)	(5.655)	6.676
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(39.512)	(57.724)	(57.278)	(111.306)

(¹) corresponde aos reembolsos de passivos ambientais e de demandas judiciais de responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina. Em 2022, o reembolso vinculado ao contrato de aquisição de controladas foi reavaliado e baixado em sua totalidade, visto que a Administração da Companhia entende que a probabilidade de realização/ recebimento do valor envolvido é baixa.

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e aplicações financeiras	84.427	70.926	263.025	273.449
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	6.875	7.089	-	-
Atualizações monetárias ativas	2.319	2.099	9.557	2.984
Atualização monetária sobre crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (¹)	-	6.662	40.842	47.700
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	8.278	613	9.913	613
	101.899	87.389	323.337	324.746
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos	(253.762)	(196.334)	(180.850)	(211.388)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(174)	-	(174)	-
Atualizações monetárias passivas	(191)	(85)	(191)	(184)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(4.741)	(4.281)	(14.686)	(10.458)
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(138.159)	(72.994)
Outras despesas financeiras	(5.929)	(4.079)	(20.762)	(29.327)
	(264.797)	(204.779)	(354.822)	(324.351)
Variações cambiais, líquidas				
Ganhos (perdas) cambiais com ativos financeiros	(20.053)	(22.453)	33.271	(346.158)
Ganhos (perdas) cambiais, com passivos financeiros	18.653	5.989	184.041	17.495
	(1.400)	(16.464)	217.312	(328.663)
Resultado financeiro líquido	(164.298)	(133.854)	185.827	(328.268)

(¹) Atualização monetária sobre os créditos de PIS e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS das suas bases de cálculo.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o lucro atribuído aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 25(d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

Tipo de ação	2022		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	434.196	35.170	12,3458
Ações Preferenciais Classe A	29.411	2.166	13,5804
Ações Preferenciais Classe B	862.314	63.497	13,5804
Total	1.325.921	100.833	

Tipo de ação	2023		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	257.041	35.990	7,1420
Ações Preferenciais Classe A	17.427	2.218	7,8563
Ações Preferenciais Classe B	513.040	65.303	7,8563
Total	787.508	103.511	

32. Dividendos

Conforme artigo 34 do seu estatuto social, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 de Lei nº 6.404/76.

Os cálculos dos dividendos para os exercícios findos 2023 e 2022, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	2023	2022
Lucro líquido ao final do exercício	787.508	1.325.921
(-) Constituição de reserva legal - Nota 26 (a)	-	(45.775)
(-) Reserva incentivo fiscal - Nota 26 (d)	(535)	-
Lucro líquido realizado	786.973	1.280.146
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	196.743	320.037
Dividendos adicionais antecipados	-	804.963
Dividendos adicionais Propostos	-	109.371
Dividendos propostos	196.743	1.234.371
Saldo remanescente a destinar	590.230	45.775
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 26 (b)	-	(45.775)
(-) Reserva para investimentos - Nota 26 (c)	(590.230)	-

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Dividendos a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo Inicial	178.706	300.216
Reclassificação para outros compromissos a pagar	7	-
Pagamentos	(107.658)	(257.648)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(2.544)	(531)
Dividendos adicionais propostos - antecipados	-	804.963
Dividendos adicionais propostos - antecipados (pagos no ano)	-	(785.431)
Dividendos propostos mínimos obrigatórios	196.743	320.037
Dividendos propostos mínimos obrigatórios (pagos no ano)	(156.729)	(312.271)
Dividendos intermediários	82.896	-
Dividendos intermediários (pagos no ano)	(81.005)	-
Dividendos adicionais propostos		109.371
Saldo final	<u>110.416</u>	<u>178.706</u>

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações.

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

	<u>Classe de Ação</u>	
	<u>ON</u>	<u>PNA</u>
Dividendos propostos mínimos obrigatórios	1,78	1,96

33. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	
	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Patrimonial	2.904.780	27/12/2023 à 27/12/2024
Transportes	4.137.808	30/06/2023 à 30/06/2024
Cibernético	25.000	30/08/2023 à 30/08/2024

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

34. Gestão de risco e instrumentos financeiros

34.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo riscos de câmbio, e da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

34.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das suas atividades de negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

34.2.1. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como baixo risco de volatilidade.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	779.074	62.307	1.296.866	357.329
Aplicações financeiras	342.014	569.306	470.153	775.241
Empréstimos e financiamentos	(2.782.149)	(2.015.449)	(2.026.237)	(1.356.546)
Total	(1.661.061)	(1.383.836)	(259.218)	(223.976)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(14.285)	(20.490)
Total	-	-	(14.285)	(20.490)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS de 05 de janeiro de 2024.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e demonstra a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	11,65%	11,75%	(390)	14,69%	(11.416)	17,63%	(22.452)

Consolidado		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	11,65%	11,75%	(85)	14,69%	(20.426)	17,63%	(40.781)
IPCA	Aumento/ (Redução)	4,61%	4,86%	5	6,08%	(39)	7,29%	(77)
				<u>(80)</u>		<u>(20.465)</u>		<u>(40.858)</u>

34.2.2. Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos, quando contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição naquela data.

Análise de sensibilidade da taxa cambial

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	7	573
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.119	-	84.573	184.616
Créditos com empresas ligadas	230.805	247.186	-	-
Outros Créditos	-	13.312	-	13.312
Adiantamentos de Imobilizado	66.639	11.767	66.639	20.565
Outros ativos circulantes	5	-	4.790	3.010
Fornecedores	(14.201)	(413)	(97.496)	(106.631)
Outros passivos circulantes	(9)	(4)	(9.999)	(16.071)
Outros passivos não circulantes	-	-	(35)	(181)
Total	284.358	271.848	48.479	99.193

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 10 de janeiro de 2024, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,0076	5,0862	4.463	3,8147	(71.090)	2,5431	(142.179)

Consolidado		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,0076	5,0862	761	3,8147	(12.120)	2,5431	(24.240)

34.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Companhia e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em relação ao contas a receber, com saldo no final de 31 de dezembro de 2023 de R\$ 338.364 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 541.716). A provisão para perdas de créditos esperadas totalizou R\$ 33.743 em 31 de dezembro de 2023 (em dezembro de 2021 R\$ 48.336). Adicionalmente, não há clientes que representam mais de 10% do saldo de contas a receber de clientes em 30 de setembro de 2023.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

34.4. Risco de Liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros derivativos, quando contratados, estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento das saídas de fluxos de caixa para os períodos indicados.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Controladora				
Em 31 de dezembro de 2023				
Empréstimos	404.151	261.499	1.366.500	750.000
Arrendamento por direito de uso	948	1.079	3.913	4.025
Fornecedores	<u>65.272</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos	168.988	296.807	650.017	899.637
Fornecedores	<u>58.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2023				
Empréstimos	415.411	166.278	719.732	750.000
Arrendamento por direito de uso	948	1.079	3.913	4.025
Fornecedores	<u>317.795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos	171.206	307.087	663.453	250.000
Fornecedores	<u>365.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

34.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debentures subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	2.782.150	2.015.449	2.051.421	1.391.746
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(779.328)	(62.709)	(1.343.204)	(402.122)
Menos – aplicações financeiras (Nota 5)	(334.142)	(569.306)	(794.837)	(1.011.847)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	<u>1.668.680</u>	<u>1.383.434</u>	<u>(86.620)</u>	<u>(22.223)</u>
Total do patrimônio líquido (1)	<u>2.422.399</u>	<u>2.317.404</u>	<u>2.447.918</u>	<u>2.355.333</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>68,89</u>	<u>59,70</u>	<u>(3,54)</u>	<u>(0,94)</u>
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 10)	<u>(230.805)</u>	<u>(247.186)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	<u>1.437.875</u>	<u>1.136.248</u>	<u>(86.620)</u>	<u>(22.223)</u>
Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - %	<u>59,36</u>	<u>49,03</u>	<u>(3,54)</u>	<u>(0,94)</u>

(1) Patrimônio líquido atribuível aos controladores da Companhia.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

34.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a provisão para perdas de crédito esperadas) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos aos seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que segue significativa á mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e, na avaliação da Administração, os seus valores contábeis são próximos aos seus valores justos.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	4	779.328	62.709	1.343.204	402.122
Aplicações financeiras	5	342.014	569.306	802.709	1.011.847
Contas a receber	6	220.661	259.003	341.044	541.716
Créditos com empresas ligadas	10	230.805	247.186	-	-
Total		1.572.808	1.138.204	2.486.957	1.955.685
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	17	(2.782.150)	(2.015.449)	(2.051.421)	(1.391.746)
Fornecedores	16	(65.272)	(58.698)	(317.795)	(365.714)
Total		(2.847.422)	(2.074.147)	(2.369.216)	(1.757.460)

35. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Transações ocorridas na compra de ativo imobilizado	14.802	10.781	31.480	37.419
Aquisição de investimento em controlada em conjunto	-	804	-	804

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

36. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são similares.

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a estrutura organizacional da Companhia contempla as seguintes áreas geográficas:

Brasil: inclui as atividades relacionadas à produção e comercialização de cloro, soda, hipoclorito de sódio, ácido clorídrico e PVC (policloreto de vinila), nas unidades de fabricação localizadas em Cubatão/SP e Santo André/SP.

Argentina: inclui as atividades relacionadas à produção e comercialização dos mesmos produtos descritos acima na unidade de fabricação localizada em Bahia Blanca/Buenos Aires.

As informações por área geográfica, a seguir apresentadas, são geradas a partir dos registros contábeis que estão refletidos nas demonstrações financeiras. A coluna de eliminações e reclassificações é representada, principalmente, pelas operações de compra e venda entre os países e pelo efeito de eliminação do investimento da Controladora na controlada Unipar Argentina.

	<u>Áreas geográficas</u>				<u>Eliminações e reclassificações</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Operação no Brasil</u>		<u>Operação na Argentina</u>		<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>				
Receita operacional líquida	3.883.141	5.269.788	1.123.299	2.293.755	(109.152)	(293.137)	4.897.288	7.270.406
Ativo não circulante	5.123.297	4.934.653	2.845.499	2.529.059	(5.258.427)	(4.692.787)	2.710.369	2.770.925

A receita operacional líquida de clientes nos países em que estão domiciliados é assim demonstrada:

<u>Receita operacional líquida</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Argentina	1.000.067	1.959.810
Brasil	3.744.929	4.987.485
Outros	152.292	323.111
	4.897.288	7.270.406

Não há cliente externo que represente mais do que 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A UNIPAR CARBOCLORO S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+ (bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participações na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina, Tucano Holdings e Veleiros Holdings, empresas de geração eólica de energia e Lar do Sol, empresa de geração solar de energia no Brasil.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais *stakeholders*. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

A estratégia corporativa está segmentada em cinco pilares: Equipe e Cultura, Excelência Operacional, Competitividade, Sustentabilidade e Crescimento Sustentável, guiando os resultados apresentados no ano e preparando a empresa para um futuro de crescimento com a visão de ser referência global em nosso mercado de atuação e focar no crescimento com transparência e responsabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A indústria química, ao longo de todo o ano de 2023, registrou enfraquecimento na demanda interna e recuo da produção, atingindo, segundo a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), 65% de nível de utilização nos nove primeiros meses de 2023, seis pontos abaixo do registrado no mesmo período de 2022. Além da queda da demanda de químicos no Brasil frente a 2023, com queda de produção e vendas internas e incremento das importações, o cenário internacional se mostrou desfavorável e desafiador para a baixa competitividade da indústria brasileira frente aos players internacionais.

Com relação aos preços internacionais, o valor médio da soda líquida (*US Gulf Coast, spot, export*) reduziu 48% entre início de 2022 e final de 2023, decorrente de recuo na demanda internacional ao longo de 2023, causando um desequilíbrio na relação oferta x demanda. Para o PVC (*US Gulf Coast, spot, export*), o preço médio internacional registrou queda de 55% entre o início de 2022 e final de 2023, influenciado, também, pela demanda do produto ao longo do período.

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é a utilização da capacidade instalada. Em 2023, o índice de utilização médio das unidades da Unipar situou-se em 81%, 3 p.p. inferior aos 84% registrados em 2022, mesmo em um ambiente desafiador para o setor químico.

Em julho/2023, foi finalizada a expansão da planta de Santo André. Com isso, a capacidade instalada na produção de cloro/soda, na planta, aumentou cerca de 20% e a capacidade de produção de ácido clorídrico passou de 37 mil toneladas/ano para 129 mil toneladas/ano, além da utilização de tecnologia que consome menos energia, menos água e menos emissão de CO₂.

Em 16 de dezembro de 2023, eventos meteorológicos atingiram a cidade de Bahía Blanca, na Argentina, provocando a paralisação das operações na planta da Unipar e no Polo Petroquímico de Bahía Blanca. Em 09 de janeiro de 2024, iniciaram-se os procedimentos para retomada gradual das operações regulares da fábrica, incluindo testes e ajustes na programação de produção e de vendas e, em fevereiro de 2024, a planta retomou suas operações em ritmo normal.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 4,9 bilhões em 2023, 32,6% inferior a 2022, devido à queda dos preços internacionais da soda caustica e do PVC em função dos preços de soda e PVC e efeitos da inflação em 2023 na Argentina e desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste hiperinflação) e processo de conversão das demonstrações financeiras da Unipar Indupa SAIC para o real com o câmbio do final do exercício.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2023, o CPV consolidado foi de R\$ 3,2 bilhões, redução de 20,3% em relação a 2022, devido à redução no volume de produção e afetados pelos preços das matérias-primas que não recuaram significativamente em relação ao preço internacional do produto, notadamente o etileno.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As despesas com vendas consolidadas somaram R\$ 227,9 milhões, 16,4% inferior a 2022, decorrente de menor despesa com frete e desembarço. As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 446,0 milhões, 12,2% inferior a 2022, onde estão incluídas despesas com consultorias jurídicas e estratégicas.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas consolidadas corresponderam a uma despesa de R\$ 57,3 milhões, 48,5% inferior a 2022, impactada pela reversão de provisões no período. O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veleiros foi positiva em R\$ 13,5 milhões em 2023, sendo R\$ 16,9 milhões de resultado positivo das parcerias de energia renovável e R\$ 3,4 milhões negativos do resultado da Solalban.

EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022)

O EBITDA Consolidado, em 2023, ficou em R\$ 1.226,6 milhões, 53,3% inferior a 2022, decorrente dos resultados operacionais no período, impactados pela atual conjuntura do setor químico e forte concorrência com importações, além dos efeitos da inflação e desvalorização cambial na Argentina.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado foi positivo em R\$ 185,8 milhões, enquanto havia sido negativo em 2022 em R\$ 328,3 milhões devido à perda na variação cambial decorrente de contrato de mútuo firmado entre Unipar Indupa do Brasil e Unipar Indupa SAIC. Os ganhos cambiais com

passivos financeiros, principalmente na controlada indireta Unipar Indupa do Brasil foram os responsáveis pela receita financeira em 2023.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2023, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 791,3 milhões, 40,7% inferior a 2022 devido, principalmente, à redução da receita no comparativo entre os períodos, parcialmente compensado por créditos de imposto de renda provenientes da Lei do Bem, dentre outros no montante de R\$ 125,4 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava Dívida Líquida Consolidada com saldo negativo de R\$ 94,5 milhões, com uma Dívida Bruta de R\$ 2.051,4 milhões e disponibilidade de caixa de R\$ 2.145,9 milhões. Em outubro/2023, foi realizada a 8ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$ 750,0 milhões, a maior da história da empresa, focada no alongamento da dívida total e redução de custos financeiros. Em 2023, houve alocação de R\$ 1,6 milhão no programa de recompra de ações.

SUSTENTABILIDADE

A Sustentabilidade é um dos valores da Unipar, nos quais também estão incluídos Protagonismo, Ética e Credibilidade, Respeito às Pessoas e Excelência e Qualidade em ser a primeira escolha do cliente. A geração de valor com sustentabilidade envolve todos os *stakeholders* e a Companhia está comprometida em atuar com responsabilidade na saúde, segurança e meio ambiente, com foco na perpetuação do negócio no longo prazo.

No âmbito das parcerias de energia renovável, o Complexo Lar do Sol - geração de energia solar localizado em Minas Gerais e o Complexo Eólico Tucano - geração de energia eólica localizado na Bahia foram inaugurados em abril/2023 e outubro/2023, respectivamente. Em dezembro/2023, a Unipar produziu através dos complexos de Tucano (BA) e Lar do Sol (MG) volume de energia, sob o modelo de autoprodução, correspondente a 59% da geração dos 3 parques. Cabe lembrar que o Complexo Eólico Cajuína (RN) está em fase pré-operacional.

A atuação social da Unipar está focada em saneamento e desenvolvimento humano, com ações nas frentes de educação, cultura, esportes e ação social, com mais de 40 projetos em andamento.

A Unipar passou a ser signatária do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, de 160 países. Os signatários do Pacto possuem compromissos e projetos claros para a agenda global de sustentabilidade com metas até 2030. A adesão da Unipar está em linha com as diretrizes de sustentabilidade da Companhia.

No âmbito da Governança, a Unipar recebeu, em novembro/2023, o reconhecimento de Empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União pela sua efetividade nos esforços em Governança e Compliance.

DIVIDENDOS

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para 18 de abril de 2024, irá, dentre outros assuntos, ratificar as distribuições de dividendos deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia em dezembro/23 e março/2024, nos valores de R\$ 196,7 milhões, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e R\$ 108,3 milhões provenientes de reserva de lucros, perfazendo o montante total de R\$ 305,0 milhões.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Relatório da Administração

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, inciso V e VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM CVM Nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas demonstrações financeiras.

São Paulo, 14 de março de 2024

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Rodrigo Cannaval
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Alexandre de Castro
Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80/2022 a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 14 de março de 2024

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Rodrigo Cannaval
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Alexandre de Castro
Diretor

Parecer do Comitê de Auditoria Interna

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 14 de março de 2024, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 13 de março de 2024.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria, que contou com a presença ainda dos auditores externos (EY), conforme ata de reunião realizada em 14 de março de 2024.

Não há divergência entre a administração da Companhia e os auditores externos em relação ao tratamento dado nas Demonstrações Financeiras, conforme nos foi relatado em reunião realizada em 14 de março de 2024.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes materiais nas Demonstrações Financeiras que devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de março de 2024

João Guilherme de Andrade Só Consiglio

Coordenador

Humberto Rapussi

Membro

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos.

O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das S.A., bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Além disso, conforme o artigo 163, inciso III, da Lei das S.A., o Conselho Fiscal examinou a Proposta de Aumento de Capital Social da Unipar no montante de R\$ 242.233.252,38 (duzentos e quarenta e dois milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento da Companhia, com emissão de 10.387.614 (dez milhões, trezentas e oitenta e sete mil, seiscentas e quatorze) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.630.876 (três milhões, seiscentas e trinta mil, oitocentas e setenta e seis) ações ordinárias, 224.581 (duzentas e vinte e quatro mil, quinhentas e oitenta e uma) ações preferenciais classe “A” e 6.532.157 (seis milhões, quinhentas e trinta e duas mil, cento e cinquenta e sete) ações preferenciais classe “B”, que serão atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações existentes da mesma espécie, ou seja, à razão de 10% (dez por cento), sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. O Conselho Fiscal conclui que a proposta é oportuna e no interesse da Companhia e de seus acionistas, motivos pelos quais recomenda sua submissão à Assembleia Geral”.

São Paulo, 13 de março de 2024

João Cláudio Zola

Presidente do Conselho Fiscal

Clovis Hideaki Ikeda

Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro

Conselheiro

Edilson São Leandro

Conselheiro

Paulo Henrique Zukanovich Funchal

Conselheiro